



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RENAN ARUIL DE SOUSA

**Dinâmicas da população no Distrito Federal: análise do crescimento demográfico  
nas Regiões Administrativas de Planaltina, Ceilândia, Guará, Samambaia, São  
Sebastião e Águas Claras.**

Brasília – Distrito Federal

Junho – 2015

RENAN ARUIL DE SOUSA

**Dinâmicas da população no Distrito Federal: análise do crescimento demográfico nas Regiões Administrativas de Planaltina, Ceilândia, Guará, Samambaia, São Sebastião e Águas Claras.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo  
Sobrinho

Brasília – Distrito Federal

Junho – 2015

RENAN ARUIL DE SOUSA

**Dinâmicas da população no Distrito Federal: análise do crescimento demográfico nas Regiões Administrativas de Planaltina, Ceilândia, Guará, Samambaia, São Sebastião e Águas Claras.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo  
Sobrinho

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Orientador) – Departamento de Geografia  
UNB

---

Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra (Examinador) – UNB

---

Prof. Dr. Dante Flávio dos Reis Júnior (Examinador) – Departamento de Geografia  
UNB

Brasília, Junho de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais (Felismina Aruil e Geraldo João), que sempre me motivaram e confiaram em meu potencial, principalmente em momentos que nem mesmo eu acreditava.

À vovó Guilhermina, que sempre traz alegria e divertimento para toda a família. Exemplo de vida para mim e muitos outros.

À Adeliza Estrela, namorada e companheira, que mostrou o caminho e me manteve equilibrado em momentos de confusão e desânimo, com suas palavras doces e encorajadoras, além da companhia formidável. Assim como ajudou diretamente no presente trabalho.

Aos meus irmãos, Allan Aruil e Rodrigo Aruil, que sempre estiveram ao meu lado. Além de serem ótimos amigos e propiciarem ótimos momentos em família.

Aos amigos, colegas e professores do curso de Geografia, e outros, da Universidade de Brasília, que melhoraram imensamente meus conhecimentos e visão de mundo.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho, pela orientação. Estando sempre presente e ajudando de maneira grandiosa na feitura dessa monografia.

A todos que ajudaram direta ou indiretamente na realização dessa monografia e em todos os outros momentos da minha graduação.

## **RESUMO**

A migração faz parte da história do ser humano, em alguns momentos de maneira intensa e em outros com menor intensidade. O Brasil, assim como outros países, foi concebido em consequência de massivo fluxo migratório e sua atual capital, Brasília, também promoveu esse fenômeno e vasta demanda de pessoas. Por conta dessa característica, são de grande importância os estudos relacionados ao tema, para melhor compreensão do que ocorre e das consequências futuras na cidade e em todo o Distrito Federal. Este trabalho busca utilizar a Geografia da População, ramo geográfico que se apropria de aspectos migratórios, para a análise de fatores demográficos observados durante toda a criação/construção e consolidação de Brasília como cidade e metrópole brasileira. Assim como faz uso da Demografia para analisar e buscar explicações para o maior crescimento da população urbana, entre os anos de 2011 e 2013/2014, de algumas Regiões Administrativas do Distrito Federal; Planaltina, Ceilândia, Guará, Samambaia, São Sebastião e Águas Claras. Para isso, foi realizado, primeiramente, um levantamento bibliográfico de conceitos e aspectos atrelados à Geografia da População, seguido do aproveitamento de dados demográficos oferecidos, principalmente, pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).

Palavras-Chave: população, demografia, migração, Distrito Federal, Regiões Administrativas.

## **ABSTRACT**

The migration has been part of the human history, sometimes more intensely and other times less intensely. Brazil, like other countries, was concept as consequence of the massive migratory flow, and the Brazil's capital, Brasilia, also promoted this phenomenon and extensive demand of people. Because of this characteristic, the researches about the theme are very significant for the comprehension of the movement and future consequences in the capital and all the Federal District. This paper demands the Geography of the Populations, the geographical branch that studies the migratory events, to analyze the observed demographics factors during all the creation/construction and consolidation of Brasilia as city and Brazilian metropolis. This paper also utilizes the Demography to analyze and explain the reason for the increase of the urban population, in the year's 2011 and 2013/2014 in some of the administrative regions of the Federal District: Planaltina, Ceilandia, Guara, Samambaia, São Sebastião e Águas Claras. To get to the results, a bibliographic research had been made about the concepts and aspects about of the Geography of the Populations, followed by the utilization of the demographics databases mainly offered by the Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).

Key words: population, demography, migration, Federal District, Administrative Regions.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Construção da Rodoviária de Brasília (1959).....	33
Figura 2 - Vista aérea da construção da Catedral Metropolitana de Brasília .....	37
Figura 3 - Rodoviária e Esplanada dos Ministérios (Brasília - Novembro de 1970) .....	40
Figura 4 - Filmagem sobre os 20 anos de Brasília (Abril de 1980) .....	44
Figura 5 - Vista aérea atual de Brasília .....	50
Figura 6 - Juscelino Kubistchek .....	63
Figura 7 - Marco de Planaltina - Pedra Fundamental (1970) .....	65
Figura 8 - Construção de barracos - Ceilândia (Agosto de 1971) .....	70
Figura 9 - Caixa d'água de Ceilândia (Maio de 1976).....	71
Figura 10 - Cidade do SRIA - Guará (Abril de 1969).....	77
Figura 11 - Transferência de barracos da Boca da Mata para Samambaia (Abril de 1989).....	81
Figura 12 - Acesso ao bairro São José - São Sebastião (Setembro de 1995) .....	85
Figura 13 - Invasão em São Sebastião (Junho de 1994).....	86
Figura 14 - Futura cidade de Águas Claras (Agosto de 1993) .....	91
Figura 15 - Vista aérea da futura cidade de Águas Claras (Novembro de 1991) .....	97
Figura 16 - Vista aérea atual de Águas Claras .....	97

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – População migrante, segundo a naturalidade – Planaltina – 2013.....	67
Gráfico 2 – População migrante, segundo a naturalidade – Ceilândia – 2013.....	72
Gráfico 3 – População migrante, segundo a naturalidade – Guará – 2014.....	78
Gráfico 4 – População migrante, segundo a naturalidade – Samambaia – 2013.....	82
Gráfico 5 – População migrante, segundo a naturalidade – São Sebastião – 2013.....	87
Gráfico 6 – População migrante, segundo a naturalidade – Águas Claras – 2014.....	92



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1959) .....	31
Tabela 2 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade – 1959 (em mil) .....	32
Tabela 3 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por grupo de idade no Distrito Federal – 1959 (em mil) .....	33
Tabela 4 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1960) .....	34
Tabela 5 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 1960 (em mil) .....	35
Tabela 6 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 1960 (em mil) .....	36
Tabela 7 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1970) .....	38
Tabela 8 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 1970 (em mil) .....	39
Tabela 9 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 1970 (em mil) .....	40
Tabela 10 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1980) .....	41
Tabela 11 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 1980 (em mil) .....	42
Tabela 12 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 1980 (em mil) .....	43
Tabela 13 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1991) .....	45
Tabela 14 – Imigrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 1991 (em mil) .....	46
Tabela 15 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 1991 (em mil) .....	47
Tabela 16 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (2000) .....	48
Tabela 17 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 2000 (em mil) .....	49
Tabela 18 – Nível de escolaridade completo das pessoas com 25 anos ou mais no Distrito Federal – 2000 (em mil) .....	50
Tabela 19 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (2010) .....	51

Tabela 20 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 2010 (em mil) .....	53
Tabela 21 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 2010 (em mil) .....	54
Tabela 22 – População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - Planaltina (2013).....	68
Tabela 23 – População, segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - Ceilândia (2013) .....	73
Tabela 24 – População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - Guará (2014).....	78
Tabela 25 – População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - Samambaia (2013) .....	83
Tabela 26 - População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - São Sebastião (2013) ..	88
Tabela 27 – População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal – Águas Claras (2014) ..	93

## **LISTA DE SIGLAS**

ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
UF	Unidade da Federação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1: A Geografia e o Estudo da População .....</b>	<b>16</b>
1.1. Geografia da População .....	16
1.2. Migrações.....	22
<b>Capítulo 2: Movimentos Demográficos do Distrito Federal.....</b>	<b>30</b>
2.1. Censo experimental de 1959 .....	30
2.2. Censo de 1960 .....	34
2.3. Censo de 1970 .....	37
2.4. Censo de 1980 .....	41
2.5. Censo de 1991 .....	44
2.6. Censo de 2000 .....	47
2.7. Censo de 2010 .....	50
2.8. Principais aspectos das análises das séries históricas do Censo do Distrito Federal...	54
<b>Capítulo 3: Análise das dinâmicas demográficas e das migrações nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.....</b>	<b>64</b>
3.1. Região Administrativa VI – Planaltina .....	65
3.2. Região Administrativa IX – Ceilândia .....	69
3.3. Região Administrativa X – Guará.....	76
3.4. Região Administrativa XII – Samambaia .....	81
3.5. Região Administrativa XIV – São Sebastião .....	85
3.6. Região Administrativa XX – Águas Claras .....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

Os estudos relacionados aos aspectos populacionais são desenvolvidos, mesmo que de maneira indireta, há muito tempo. A população e suas peculiaridades são observadas por diversos ramos da ciência, das mais variadas maneiras que se possa imaginar. Desse modo, a ciência geográfica não foge a regra absorvendo e propondo informações a cerca do tema.

A Geografia da População faz parte da Geografia Humana, uma das áreas maiores da Geografia como ciência. Essa ramificação da ciência geográfica é composta por diversos conceitos e faz uso de conhecimentos propostos por várias outros ramos do saber, alguns da Ciência Humana e outros da Ciência Exata. Podemos exemplificar a diversidade disciplinar do tema através dos conhecimentos sociológicos, demográficos, geográficos, históricos, entre outros.

Um dos aspectos centrais estudados pela ciência da População trata dos fluxos migratórios. A migração é fator importante durante toda a história do ser humano como ser pensante e atuante, mesmo que de maneira mais intensa antes da revolução da agricultura e em alguns outros momentos históricos, como nas grandes navegações e colonização do novo mundo.

Dentro do contexto nacional (brasileiro) esse tema ganha visibilidade através da construção e consolidação de Brasília, período com massiva movimentação para o Centro-Oeste e que influenciou em grande medida a dinâmica populacional de todo o país. Por conta disso, é compreendido como um dos maiores fluxos migratórios de toda a história brasileira, com maior intensidade nas primeiras décadas, mas que ainda tem grande representatividade nos dias de hoje.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal utilizar a Geografia da População, seus aspectos, conceitos e informações para compreender fenômenos populacionais e suas consequências observados no Distrito Federal e mais especificamente em algumas Regiões Administrativas.

Após essa breve introdução ao assunto, o capítulo um irá trazer uma breve contextualização dos estudos populacionais e sua interdisciplinaridade. De maneira a

correlacionar a Geografia da População e como se deu a apropriação do tema pela ciência geográfica. Além disso, o capítulo irá discutir alguns conceitos e conceituações relacionados à População propostas por alguns autores, com o intuito de inteirar o leitor sobre o tema. Por se tratar de um dos aspectos mais importantes do presente trabalho e ser parte intensa dos estudos populacionais, a Migração recebe destaque e tem um subcapítulo próprio, com maiores conceituações e aspectos desse subtema.

Em seguida, o capítulo dois trará uma cronologia extensa de vários aspectos da população do Distrito Federal. Com a intensão de analisar esses fatores e demonstrar como eles mudaram com o passar do tempo. Para isso foram utilizados dados oferecidos pelo governo do Distrito Federal (GDF), o qual, por sua vez, fez uso das informações propostas pelos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O capítulo dois utiliza como base os seguintes aspectos demográficos: número de habitantes, proporção por sexo (feminino/masculino), idade da população, naturalidade dos migrantes e educação. O subcapítulo final faz uma breve conclusão destacando e propondo, de maneira analítica, como ocorreu o desenvolvimento desses aspectos da População “brasiliense”, além de mencionar as consequências urbanas da evolução do Distrito Federal.

Por fim, o capítulo três proporciona uma análise de aspectos populacionais, principalmente atrelados aos migrantes, de seis das trinta e duas Regiões Administrativas do Distrito Federal. As “cidades-satélites” foram escolhidas de acordo com o crescimento populacional urbanos entre os anos de 2011 e 2013/2014 estimado pelas Pesquisas Distritais por Amostra de Domicílios, concebidas pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). As Regiões Administrativas analisadas serão: Planaltina (VI), Ceilândia (IX), Guará(X), Samambaia (XII), São Sebastião (XIV) e Águas Claras (XX).

O foco da análise do capítulo três foi direcionado em fatores como: o crescimento da população urbana, a naturalidade dos habitantes, as principais regiões brasileiras e Unidades Federativas provedoras de migrantes, ano de chegada ao Distrito Federal, circunstâncias motivacionais para a mudança e migração interna no Distrito Federal (entre Regiões Administrativas). O capítulo é subdividido, de maneira a cada região ser estudada separadamente, no início de cada subcapítulo existe um breve

histórico da região e no final uma breve análise e descrição de outros aspectos que podem explicar o grande crescimento e procura por essas cidades.

Com o intuito de adicionar validade e conteúdo à pesquisa grande parte dos dados demográficos foi alocada em tabelas e gráficos feitos pelo autor com as informações de projetos governamentais. E para diminuir a exaustão da enorme quantidade de tabelas, além de números, foram utilizadas imagens no corpo do trabalho, ilustrações conseguidas, salvo exceção, no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

# Capítulo 1: A Geografia e o Estudo da População

## 1.1. Geografia da População

O estudo da população se mostra vasto, complexo e interdisciplinar, sendo foco de pesquisa em diversas áreas da ciência. Esse objeto é dissecado pelas variadas extensões do conhecimento e analisado de acordo com as peculiaridades da ciência que o estuda. Não diferentemente, a Geografia, faz uso do tema e tem suas propostas de debate particulares.

A Geografia Humana é o ramo da Geografia onde suma maioria dos estudos populacionais se encontra. Todavia, é preciso argumentar que as pesquisas relativas ao assunto, também, encontram apoio em outras questões do conhecimento, portanto, a discussão com essas diversas áreas também são importantes (MORMUL, 2013, p.35). Não foge a essa “regra” a Geografia Física, a qual também influencia, em certa escala, a População e não pode ser separada nos estudos geográficos, como propõe Brunhes (1969, p. 41):

O homem não escapa à lei comum; sua atividade é compreendida dentro da malha dos fenômenos terrestres. Porém, se a atividade humana, por tal forma, aí é englobada, disso não se deduz que esteja fatalmente determinada. Fica introduzida na Geografia, com todo o direito, por sua conexão com os fenômenos naturais, e duplamente introduzida. Explico-me: sofre a influência de certos fatos e, por outro lado, ela exerce sua influência sobre outros; por esta razão dupla, pertence à Geografia. Eis por que temos o direito e a obrigação de juntar, ao grupo de forças materiais, cujas ações incessantes fizemos notar, essa nova força, que não é unicamente de ordem material, mas que se traduz por efeitos materiais, ou seja, a atividade humana. Eis como somos conduzidos a estudar, como geógrafos, a ação do homem na Natureza sem a separar, nunca, do estudo da Geografia natural ou Geografia Física.

Beaujeu-Garnier (1971, p. 57) retrata a importância da visualização de aspectos físicos pela Geografia da População dizendo que a “distribuição da espécie humana sobre o globo, ressalta, imediatamente, a importância fundamental de certos fatores; o ambiente físico exerce papel incontestável, mas embora forme a base inevitável pode-se modificá-lo e adaptá-lo”, além do citado a autora completa sua proposta inserindo “os



acontecimentos históricos e econômicos” como fatores na dispersão humana, assim como o próprio ser humano, o qual:

não é absolutamente passivo e ineficiente dotado de corpo e intelecto, goza de duplo privilégio, pois seu organismo tem certa elasticidade que lhe permite considerável grau de adaptação; e sua engenhosidade dá-lhe a possibilidade de combater, científica e tecnicamente, o meio que o cerca (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p. 57).

Rique (2004) corrobora com a ideia interdisciplinar anteriormente comentada, assim como menciona que a Geografia não pode sozinha tratar das variáveis da População, demonstrando o potencial de angariar reflexões de diversas áreas:

O estudo da população na Geografia exige o aporte de outras ciências sociais como a Economia Política e a Sociologia, para explicar o porquê do lugar de pessoas nas classes sociais, a perda dos indivíduos na força de trabalho do homem genérico, ao mesmo tempo submetido na sociedade, não por obra do acaso, mas das leis sociais dominantes (RIQUE, 2004, p.30).

Por conta da amplitude do tema, o exame da população aparece, em vários momentos, atrelado a algumas categorias de análise: sociedade, meio ambiente, mobilidade, economia, gênero, raça, etc.

A inspeção superficial desses aspectos leva a um panorama meramente estático e descritivo de fatores como, por exemplo, a produção de pirâmide etária ou o nascimento/morte de indivíduos em determinado lugar em certo período de tempo. Esse manifesto de dados estatísticos foge ao objetivo “problematizador” do geógrafo em relação à dinâmica populacional, assim como diminui o ganho de conhecimentos políticos, econômicos e sociais na ciência geográfica acerca da Geografia da População (MORMUL, 2013, p.39).

Resumidamente e confirmando o que foi escrito até aqui, a População não é um preceito numérico, assim apenas uma ciência não consegue explaná-la integralmente. A Demografia, por exemplo, área do conhecimento com maior relevância nas análises populacionais não pode ser a única parceira da Geografia. Dessa forma, salienta-se a

ideia que os experimentos sobre o tema em questão adquirem maior complexidade na medida em que as interações entre as ciências ficam mais uteis.

Mormul (2013, p.41) defende que ao contemplar os assuntos relativos à população, diversas ciências podem ajudar a seu modo, “a Biologia com suas teorias e formulações, a Antropologia e os estudos a partir da coletividade, a Filosofia e as prospecções sobre o indivíduo”, enfim a diversidade disciplinar desempenharia um papel influente para o aprimoramento deste tema, sobretudo, para o aperfeiçoamento da ciência geográfica em relação ao tema.

Os trabalhos sobre população na Geografia até o começo do século XX eram iniciais, contudo, era preciso obter informações populacionais para gerar ou controlar territórios, assim como para a gestão do Estado. É importante salientar que o fato de não haver produções intelectuais geográficas específicas sobre população até meados do século XX não significa que este assunto não tenha sido abordado antes. (MORMUL, 2012, p. 142).

Observa-se que na Geografia, os estudos atrelados a aspectos populacionais propagados exprimiam uma dimensão mais estatística, especialmente, pela preponderância dada aos Institutos Geográficos e da chamada Geografia teórica que influenciaram e difundiram em meados do século XX os estudos populacionais na Geografia. Porém, esses trabalhos “primitivos” não problematizavam suficientemente o tema.

O geógrafo francês Pierre George foi o responsável pela introdução do termo Geografia da População na literatura da ciência em questão. Para Beaujeu-Garnier (1971, p.20) “o estudo geográfico da população assume, portanto, três aspectos: a distribuição dos povos pelo globo, a evolução das sociedades humanas e o grau do êxito por elas atingido”, sendo o primeiro aspecto citado o fato mais elementar, de acordo com o próprio autor.

Segundo Zelinsky (1969, p.02), a deliberação característica dessa matéria é bem mais vasta e profunda que a condição elementar de estabelecer onde os indivíduos vivem, sua quantidade e tipo. Como nos demais campos da Geografia, a simples localização do objeto estudado não pode ser aceito como definição suficiente do campo

e do objetivo da Geografia da População. Dessa maneira, para ser analítica, a Geografia deve observar o caráter inter-relacionado das coisas que variam através do espaço.

Com esse pensamento, o autor citado propõe a seguinte definição da Geografia da População:

A Geografia da População pode ser definida com precisão como a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não demográficos (ZELINSKY, 1969, p.17).

Além de definir a Geografia da População Zelinsky determina a lista de fenômenos estudados pelo geógrafo da população, dividindo-os em três categorias distintas: os essencialmente biológicos; os que têm causa econômica, social ou cultural; os que constituem elementos de mudança dinâmica.

Os aspectos biológicos são ordenados por indícios de nascimento, hereditariedade ou pelo comportamento fisiológico dos indivíduos e estão em grande porção fora do controle do grupo ou do indivíduo.

Agrupa o sexo, a idade e – admitindo-se critérios objetivos adequados para o seu exame – a raça. A causa da morte, a morbidez (prevalência e tipo de doenças) e diversos tipos de incapacidade física podem igualmente ser acrescentados, apesar do papel significativo dos fatores sociais e culturais em sua determinação. Grande parte desses fatores está amplamente disponível, em valores absolutos (ZELINSKY, 1969, p.23).

Os dados populacionais são mais abundantes e envolvem: residência, ocupação, lugar de trabalho, estado civil, características da família, características de habitação, classe e casta socioeconômica, renda, alfabetização, situação educacional e títulos, descendência lugar de nascimento, procedência, religião, língua, grupo étnico, nacionalidade, cidadania, situação militar e situação institucional no grupo da população.

Esses elementos são corriqueiramente subdivididos em categorias detalhadas. Porém, a maioria desses dados apenas é encontrada em lugares com serviços estatísticos relativamente aperfeiçoados (ZELINSKY, 1969, p.23-24).

Já os elementos dinâmicos da população incluem os eventos vitais que transformam a localização ou o contingente de indivíduos: nascimentos, mortes e fluxos para dentro ou fora de uma determinada área.

Frequentemente considerados mais como índices estatísticos do que como uma série de fatos isolados, esses fenômenos são conhecidos como fertilidade, mortalidade, imigração e emigração. “A variação da população e seus componentes é um aspecto da Geografia da População tão importante quanto qualquer outro; mas infelizmente esse tipo de informação é quase sempre deficiente ou ausente” (ZELINSKY, 1969, p.24).

Damiani (2009) merece destaque por seus estudos populacionais na atualidade. A autora disserta sobre a importância do tema e propõe que “a geografia da população é compreendida como primeira aproximação dos fenômenos urbanos, políticos, econômicos, etc., constituindo, nesse sentido, o primeiro capítulo dos tratados de geografia humana”. (DAMIANI, 2009, p.10).

A demografia, dentro da ciência geográfica, reflete uma sofisticação estatística maior, ou seja, melhor exame sobre dados qualitativos das populações. Ela é utilizada na Geografia como auxiliar para as pesquisas de população, isto é, “como primeira aproximação, primeiro momento, de uma análise mais complexa e especializada, realizada pelos outros ramos da Geografia” (DAMIANI, 2009, p.61).

Damiani (2009) finaliza sua visão tratando sobre como os “números” são utilizados em momentos iniciais:

O número aparece como um primeiro contato, que sugeriria um desencadeamento mais concreto e complexo. Na verdade, a complexidade histórica de um povo, de suas estruturas sociais, econômicas e políticas, certamente transcendem um modelo ou estrutura de análise indistintamente aplicada. E sua aplicação não sugere um conhecimento como um movimento em direção à leitura dessa complexidade. (DAMIANI, 2009, p.61).

Além de discutir os benefícios adicionados com o uso da demografia pela Geografia, a autora supracitada indica alguns elementos demográficos da dinâmica

populacional. Segundo Damiani (2009, p.28) “a dinâmica populacional conteria, em linhas gerais, como componentes a natalidade (e a fecundidade), a mortalidade e a migração”.

O processamento desses aspectos admite variações tênues, como dados sobre “mortalidade diferencial – segundo a idade e a camada social ou profissional; mortalidade infantil; migrações internacionais e interna, permanentes e temporárias, etc”. Assim, os fenômenos podem ser analisados mais profundamente, além de esclarecer distinções sociais do acontecimento ou salientar variações em momentos diferentes (DAMIANI, 2009, p.28).

Damiani (2009, p.28) complementa seu raciocínio afirmando que o crescimento populacional, em teor absoluto, seria determinado, em última instância, pelos elementos do comportamento demográfico.

Por conta da importância do conhecimento demográfico para o ramo geográfico em análise, faz-se necessária a conceituação da Demografia, área do conhecimento que suporta de maneira árdua não só a Geografia, como também outras ciências humanas.

Beltrão (1972, p.7) destaca que a Demografia a ciência que tem por objetivo a investigação das populações humanas, ponderando sobre o volume, a composição, o desenvolvimento das mesmas, assim como suas características gerais consideradas principalmente do ponto de vista quantitativo.

Carvalho, Rodrigues, Sawyer (1998, p.06) definem a Demografia de maneira similar, porém com algumas diferenças. Segundo os autores Demografia (morfologicamente) significa: “dêmos=população, graphein=estudo” e se refere “ao estudo das populações humanas e sua evolução temporal no tocante a seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características gerais”. Em estatística, habitualmente a palavra população indica um conjunto de elementos com características comuns.

As variáveis fundamentais da Demografia são: “tamanho da população; distribuição por sexo, idade, estado conjugal; distribuição segundo região geográfica de residência atual, anterior e de nascimento; natalidade, fecundidade, mortalidade”. Pelo apresentado, a Demografia dispensa cuidados aos fatores estáticos de uma população

num determinado momento, tamanho e composição, além da sua evolução no tempo e da inter-relação dinâmica entre as variáveis demográficas (CARVALHO; RODRIGUES; SAWYER, 1998, P.07).

Seguindo o costume de diversas áreas, não só da ciência geográfica como das outras ciências sociais, a interdisciplinaridade traz riqueza aos estudos relativos à população pela Geografia. Porém o olhar geográfico deve estar presente intrinsecamente nas pesquisas que buscam trabalhar a Geografia da População. Zelinsky (1969) deixa claro quão importante é esse fator, ao escrever:

Muitas medidas e atributos das populações humanas – além do tamanho absoluto – têm que ser descritos, explicados e interpretados para compreender-se inteiramente as interações de lugar, povo e cultura que dão às regiões sua personalidade geográfica única. Não basta simplesmente explicar como e por que essas características da comunidade são o que são. Sua ação recíproca sobre outros fenômenos geográficos deve também ser explorada, para se conseguir uma análise geográfica completa (ZELINSKY, 1969, p89).

## **1.2. Migrações**

Por fazer parte dos estudos populacionais, o tema migração é objeto de investigação de variados ramos das Ciências Sociais. Entre as diversas áreas do saber aquela que tem dado mais atenção ao assunto vem sendo, provavelmente, a Geografia, mais especificamente a Geografia Humana, devido aos vínculos comuns com o espaço.

O fato de uma quantidade considerável de geógrafos utilizarem regularmente contribuições teóricas procedentes de outras ciências sociais reflete, parcialmente, a situação geral dos estudos sobre o tema. Marandola Jr. (2011, p.01) escreve sobre a forma de contribuição dos estudos geográficos acerca do título migração:

A Geografia tem oferecido uma contribuição perene aos estudos migratórios, especialmente na discussão sobre as dimensões espaciais da migração, as quais envolvem tanto os processos territoriais de expulsão de populações (origem dos fluxos), quanto à absorção de fluxos e as transformações espaciais no local de destino.

A migração sempre foi parte crucial da história dos seres humanos, principalmente em períodos em que os “homens” não se estagnavam em determinado local, quando os mesmos erravam de um lugar para outros na procura de alimentos e abrigos que pudessem lhes garantir melhor qualidade de vida (nomadismo).

Mesmo posteriormente, quando já existiam cidades estruturadas e os indivíduos não se locomoviam com tanta frequência, os movimentos continuavam. Podemos citar o caso das viagens transoceânicas, as quais serviram na ocupação do então Novo Mundo e são exemplos de migração de grande porte.

Ainda hoje o tema esta em voga, representando aspecto importante na dinâmica mundial. Dessa maneira, “o movimento dos indivíduos, que remonta a tempos pré-históricos, vem prosseguindo incessantemente durante milhares de anos, e a atual distribuição do homem pela superfície da terra muito deve a isso”, como constata Beaujeu-Garnier (1971, p. 199).

Porém, mesmo com toda a representatividade singular, a migração nunca foi qualificada pelos autores clássicos. Peixoto (2004, p.01) diz:

a história disciplinar das teorias sobre as migrações é, em vários aspectos, atribulada. O tema das migrações foi largamente ignorado pelos autores clássicos das principais ciências sociais, no período histórico em que estas se constituíram e consolidaram.

Atualmente não existe uma “teoria geral da migração”, porém sob o panorama da interdisciplinaridade, o tema pode ser visto de maneira positiva. Esse aspecto se deve ao fato do assunto ser examinado por diferentes especialistas, de diversas áreas das ciências sociais, acarretando em teorias com perspectivas variadas (PEIXOTO, 2004, p.03).

Os escritos de Jansen (1969, p.60) corroboram com o que foi escrito nos parágrafos acima, em relação ao caráter interdisciplinar da matéria em análise:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.

Os estudos científicos acerca da migração têm como marco inicial o fim do século XIX. Ravenstein, geógrafo e cartógrafo inglês, é considerado o decano das referências bibliográficas da teoria migratória, apontado em trabalhos oriundos de diferentes ciências sociais. O autor citado divulgou, em 1885 e 1889, dois trabalhos sobre as “leis das migrações”, relacionados aos fluxos internos e internacionais (PEIXOTO, 2004, p.04).

As “Leis das Migrações” se apresentam em sete tópicos e foram propostas no primeiro texto do autor, inglês, supracitado. De acordo com Ravenstein (apud PEIXOTO, 2004, p.04) são elas;

(1) A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as «correntes de migração» dirigem-se para os centros de comércio [e da indústria]. (2) O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes, e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. (3) O processo de dispersão é o inverso do de atração. (4) Cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensadora. (5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio [e da indústria]. (6) Os nativos das cidades são menos migratórios do que os das zonas rurais do país. (7) As mulheres são mais migratórias do que os homens.

Como consequência da característica eclética do tema migração e por não haver uma teoria geral “oficial” relativa ao assunto, diversos conceitos foram propostos em diversas áreas do conhecimento científico.



A Geografia, Sociologia e Economia são as principais ciências que versam sobre os fenômenos migratórios. Por conta dessa versatilidade, as teorias e preceitos também envolvem e elencam uma série de aspectos peculiares das ciências sociais, individualmente e coletivamente, estendendo o conteúdo e desenvolvendo o tema.

Para Davis (apud FAZITO, 2010) o efeito de migrar consiste em um “fenômeno social e demográfico complexo, pois ao mesmo tempo em que um fluxo migratório possui características universais e estruturalmente semelhantes a outros fluxos, ele desenvolve histórica e socialmente sua singularidade”.

A citação inicia a distinta característica do tema migração de abordar diversos ramos, como já descrito. Esse fator fica ainda mais claro ao observar o que Becker (1997, p.98) escreve; “A migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças entre as pessoas (...) e entre essas e seu ambiente físico”.

Com conceitos de apenas dois autores podemos visualizar vários pontos que são influenciados pelo deslocamento de indivíduos, seja no ambiente físico, na questão social ou em questões históricas.

Seguindo o raciocínio e demonstrando possíveis interferências dos fluxos migratórios na sociedade, Castiglioni (2009, p.39) ora algumas considerações distintas acerca do tema em questão, articulando que o mesmo;

é um processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos, afetando a vida e o comportamento dos migrantes, suas famílias e suas redes parentais e comunitárias, e, em termos da estrutura da sociedade, por seu caráter bilateral, a migração provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social das comunidades de partida e de chegada dos migrantes.

Além dos elementos mencionados pelos outros autores citados, como o direcionamento social, Castiglioni indica pontos influentes para grande parcela da sociedade, quando se dirige aos aspectos econômicos e políticos.

Acompanhando as reflexões do ultimo pensador referenciado, Salim (apud VALE, 2005, p. 24) descreve sua própria proposta, tratando a migração como:

fenômeno complexo essencialmente social com determinações diversas apresenta interações particulares com a heterogeneidade de uma formação histórico-social concreta que tende a assumir feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas, para indivíduos ou grupos sociais que o compõem e o caracterizam.

Dois autores, Lee e Singer, redigiram, no mesmo ano, grandes trabalhos intelectuais que servem como base para abordagens teóricas relativas a fenômenos migratórios.

O clássico artigo de Lee – “Uma teoria sobre migração” – de 1980 foi elaborado na perspectiva da teoria da modernização. Já o trabalho de Singer – “Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo” - (1980) segue uma linha histórico-estruturalista e encontra-se como uma das mais influentes contribuições, sobretudo a respeito dos movimentos populacionais nos países em desenvolvimento (IBGE, 2011).

O foco de Lee recai sobre o indivíduo que, de forma racional, após analisar o custo-benefício da migração decide se realiza ou não a transferência. Na base dos movimentos da população, estaria o desenvolvimento econômico. De acordo com o autor, o fenômeno migratório seria a:

mudança permanente ou semi-permanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna (LEE, 1980, p. 99).

Lee apresenta um arranjo analítico que ele nomeou de “fatores do ato migratório”, onde se observa os fatores associados aos lugares de partida e de destino, as barreiras interventoras e, por fim, aspectos pessoais.

Os fatores no local de origem seriam aqueles cooperativos à escolha de migrar, podendo ser de natureza positiva, negativa ou nula. Esses atributos também seriam

imputados ao local de destino. A relação desses fatores, mediados pelos obstáculos interventores entre o ponto de partida e o chegada, bem como pelos elementos pessoais, determinariam a decisão de migrar e a direção do fluxo.

É importante ratificar que no cerne da questão, orientadora da afirmação de Lee, encontra-se o “binômio modernização-desenvolvimento econômico”. (IBGE, 2011)

Na visão de Singer, a migração é social, assume o papel de classe social, que estaria respondendo aos processos social, econômico e político ao migrar. Conforme o autor, “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1980, p. 217). O autor citado propõe que o principal problema estaria relacionado com as desproporções locais, as quais seriam a força motriz das migrações.

No local de origem, se ergueriam os aspectos de expulsão, que apareceriam de duas formas. Os fatores de transformação: introduzidos pelas novas relações de produção capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho, tendo como consequência a redução do número de empregos. Assim, há expulsão dos camponeses e proprietários de menor expressão, por exemplo.

Esses fatores, ainda, produziram fluxos maciços de movimentação populacional, diminuindo a dimensão absoluta da população rural. E os fatores de estagnação: atrelados à inabilidade dos agricultores, em economia de subsistência, aumentarem a eficiência e eficácia da produção.

“Decorre daí uma pressão populacional sobre as terras, que podem estar limitadas por insuficiência física de áreas produtivas ou monopolizadas por grandes proprietários.” Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultado do crescimento vegetativo (IBGE, 2011, s/p).

Para Singer (1980) no local de destino estariam os aspectos de atração, que direcionariam os deslocamentos e os lugares para onde se locomoveriam. O fator fundamental de influencia seria a procura por mão de obra, também reconhecida como “oportunidades econômicas”.

Na localidade de destino, a migração causada pelos aspectos de alteração teria chance superior de sucesso e mobilidade social. Em compensação, os movimentos originados pelos fatores de estagnação conduziriam a um aumento na dificuldade de inserção dos indivíduos deslocados no local de destino, produzindo, em algumas conjunturas, uma nova migração (IBGE, 2011).

Os possíveis resultados dos deslocamentos populacionais é outro elemento a ser considerado. O fenômeno migratório, assim como outras manifestações, pode promover resultados positivos e negativos. Castle (apud SILVA, 2009, p.27) discorre sobre o assunto, mencionando as causas e as possibilidades de contribuição dos deslocamentos de indivíduos de uma região para outra.

As migrações são o resultado do desenvolvimento econômico e social, podem contribuir para um maior desenvolvimento e para a melhoria das condições econômicas e sociais; mas podem também ajudar a promover a estagnação e a desigualdade.

Corroborando, em partes, com as ideias apresentadas por Castle e adicionando suas particularidades. Santos (2004, p. 306) expõe sua percepção acerca do tema, citando aspectos como organização econômica e espacial, além de uma visão mais pessimista das contribuições dos fluxos migratórios.

O fenômeno das migrações aparece, portanto, estreitamente ligado ao da organização da economia e do espaço, vistos de um ponto de vista dinâmico. Essas migrações são uma resposta a situações de desequilíbrio permanente e contribuem para agravar esses desequilíbrios econômicos e espaciais, geralmente em favor de zonas já evoluídas.

Em relação aos tipos de migração classificadas por grandes teóricos podemos citar a contribuição de Beaujeu-Garnier, o qual propõe uma separação simples. Em primeiro lugar a migração de grande distância ou internacional, em seguida os movimentos em escala menor, dentro dos países individualmente considerados, e em terceiro as migrações oscilatórias que abrangem todos os movimentos nos quais o

migrante não abandona o lugar de residência, ou seja, há retorno periódico ao local de saída (BEAUJEU-GARNIER, 1971, P.200).

Pierre George, desbravador e grande estudioso do tema, afirma que a idade contemporânea comporta três tipos de migração.

A primeira trata de mudanças impostas por deliberação política “no termo de uma nova prova de força entre dois grupos nacionais”, o autor classifica esse movimento com o título: “As transferências de população”.

A segunda abarca as deslocações de maior ou menor duração, atreladas a uma complementariedade de oferta de força de trabalho e de necessidade de mão-de-obra, normalmente trabalhadores não especializados fazem parte dessa força tarefa. O segundo tipo de migração recebe o nome de “Migrações econômicas temporárias”.

A terceira tipologia diz respeito às migrações internacionais e intercontinentais que podem ser classificadas “*a priori*” como definitivas, se apresentam como um “prolongamento das grandes migrações de povoamento do século XIX e do início do século XX” e são determinadas como “As grandes migrações definitivas” (GEORGE, 1973, p.102).

## **Capítulo 2: Movimentos Demográficos do Distrito Federal**

### **2.1. Censo experimental de 1959**

A criação do Distrito Federal se formalizou através da lei nº 2874, de 19 de Setembro de 1956. O processo de construção e ocupação da Unidade Federativa em questão constituiu um fenômeno demográfico impar na história brasileira, pois produziu um intenso deslocamento populacional. Essa movimentação aliada a outros aspectos populacionais alteraram substancialmente as estatísticas demográficas apresentadas pelo Brasil.

De acordo com Cunha (2012, p.01):

Uma das principais características dos Censos Demográficos brasileiro é, sem dúvida nenhuma, sua riqueza em termos das informações sobre migração. De fato, é notório e reconhecido internacionalmente que nenhum outro Censo no mundo possui a variedade e a quantidade de questões sobre os movimentos migratórios oferecidas por nossos Censos, em particular a partir do de 1970.

A primeira contagem populacional do Distrito Federal aconteceu em julho de 1957 e foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo indicou a presença de 12.283 habitantes. O processo migratório era intenso e se acelerava, tendo como principal motivo a busca por oportunidades na construção civil.

A intensidade fica clara ao se observar a nova contabilização efetuada em Março de 1958, quando a população do Distrito Federal já se aproximava de 30.000 habitantes, ou seja, mais do que o dobro do ano anterior.

Em maio de 1959, o IBGE, produziu o Censo Experimental de Brasília, segundo esse estudo o quantitativo populacional do Distrito Federal se encontrava em 64.314 habitantes. Suma maioria dos residentes era do sexo masculino (65,8%), muitos deles tinham entre 16 e 39 anos de idade, como podemos visualizar na tabela a seguir;

**Tabela 1 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1959)**

Grupos Etários	Total	Homens		Mulheres	
		Absoluto	%	Absoluto	%
0 – 4	8.430	4.280	50,8	4.150	49,2
5 – 9	6.255	3.221	51,5	3.034	48,5
10 – 14	4.647	2.372	51,0	2.275	49,0
15 – 19	7.156	4.684	65,5	2.472	34,5
20 – 24	11.797	9.046	76,7	2.751	23,3
25 – 29	8.643	6.359	73,6	2.284	26,4
30 – 34	5.828	4.290	73,6	1.538	26,4
35 – 39	4.175	2960	70,9	1.215	29,1
40 – 44	2.729	2.018	72,,3	774	27,7
45 – 49	1.982	1.406	71,0	574	29,0
50 – 54	1.161	804	69,3	357	30,7
55 – 59	723	488	67,5	235	32,5
60 – 64	356	226	63,5	130	36,5
65 – 69	164	79	48,2	85	51,8
70 – 74	113	52	46,0	61	54,0
75 – 79	49	23	46,9	26	53,1
80+	43	22	51,2	21	48,8
<b>Total</b>	64.314	42.332	65,8	21.982	34,2

Fonte: IBGE – Censo Experimental de Brasília – Maio de 1959. Dados elaborados pela CODEPLAN.

A tabela mostra também que a migração para Brasília era realizada principalmente por jovens, visto que as atividades realizadas não eram propícias para idosos. 52% dos residentes estavam na faixa de 15 a 39 anos. Além da construção civil, a transferência de servidores públicos também foi fonte impulsionadora das migrações para a futura nova capital.

O Censo Experimental revelou ainda, que apenas 11,4% eram naturais do Distrito Federal, ou seja, já habitavam a região antes da construção de Brasília e 1,9% eram estrangeiros em solo brasileiro. Os migrantes brasileiros eram principalmente originários das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, com destaque aos estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais. Isso fica claro através dos números dispostos na tabela abaixo:

**Tabela 2 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade – 1959 (em mil)**

<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>
<b>Norte</b>	<b>298</b>	<b>Nordeste</b>	<b>15.565</b>
Rondônia	6	Maranhão	446
Acre	6	Piauí	2.051
Amazonas	30	Ceará	3.166
Roraima	3	Rio Grande do Norte	1.000
Pará	220	Paraíba	2.227
Amapá	33	Pernambuco	2.299
Tocantins	-	Alagoas	225
<b>Sudeste</b>	<b>17.932</b>	Sergipe	216
Minas Gerais	9.019	Bahia	3.935
Espírito Santo	251	<b>Centro – Oeste</b>	<b>22.088</b>
Rio de Janeiro	3.959	Mato Grosso do Sul	-
São Paulo	4.703	Mato Grosso	574
<b>Sul</b>	<b>992</b>	Goiás	21.514
Paraná	768		
Santa Catarina	108	<b>Exterior</b>	<b>78</b>
Rio Grande do Sul	116	<b>Total</b>	<b>56.953</b>

Fonte: IBGE – Censo Experimental de Brasília – Maio de 1959. Dados elaborados pela CODEPLAN.

A educação foi outra variável mencionada no Censo de 1959. Segundo o estudo 81,9% da população com mais de 10 anos de idade se limitou a concluir apenas o curso elementar ou fundamental e apenas 2,9% concluíram o curso superior.



**Tabela 3 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por grupo de idade no Distrito Federal – 1959 (em mil)**

Grupo de Idade	Nível de escolaridade				
	Total	Elementar ou Fundamental	Médio		Superior
			1º Ciclo	2º Ciclo	
Maiores de 10 anos	49.629				
Total	28.161	23.072	3.447	1.046	596
10 – 14 anos	3.125	2.944	181	-	-
15 – 19 anos	4.521	3.820	645	56	-
20 anos e mais	20.515	16.308	2.621	990	596

Fonte: IBGE – Censo Experimental de Brasília – Maio de 1959. Dados elaborados pela CODEPLAN.

O Censo Experimental de Brasília demonstrou característica intrínseca à construção civil; a absorção de importante contingente humano com baixa escolaridade e qualificação profissional (CODEPLAN, 2013).

**Figura 1 - Construção da Rodoviária de Brasília (1959)**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

## 2.2. Censo de 1960

Em 1960, o Distrito Federal participou do primeiro Censo Oficial junto às outras Unidades Federativas da União. O estudo concluiu que 140.164 pessoas habitavam o novo quadrilátero no centro do Brasil. A predominância de homens ainda era relevante, esse gênero representava 62,2% dos residentes (87.202 pessoas), enquanto o número de mulheres estava na casa de 52.962 habitantes (37,8%), como a tabela a seguir demonstra de forma clara.

**Tabela 4 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1960)**

Grupos Etários	Total	Homens		Mulheres	
		Absoluto	%	Absoluto	%
0 – 4	19.374	9.904	51,1	9.470	48,9
5 – 9	14.322	7.101	49,6	7.221	50,4
10 – 14	10.328	5.079	49,2	5.249	50,8
15 – 19	14.195	8.732	61,5	5.463	38,5
20 – 24	25.486	18.824	73,9	6.662	26,1
25 – 29	17.974	12.250	68,2	5.724	31,8
30 – 34	12.833	8.499	66,2	4.334	33,8
35 – 39	9.561	6.257	65,4	3.304	34,6
40 – 44	5.923	4.004	67,6	1.919	32,4
45 – 49	4.416	3.032	68,7	1.384	31,3
50 – 54	2.458	1.616	65,7	842	34,3
55 – 59	1.597	1.032	64,6	565	35,4
60 – 64	895	510	57,0	385	43,0
65 – 69	360	195	54,2	165	45,8
70 – 74	229	92	40,2	137	59,8
75 – 79	106	30	28,3	76	71,7
80+	107	45	42,1	62	57,9
<b>Total</b>	140.164	87.202	62,2	52.962	37,8

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1960. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Outro aspecto que se manteve constante na movimentação demográfica de Brasília foi à predominância de jovens. No caso do segundo Censo, se sobressai o aumento de indivíduos com idade entre 20 e 24 anos, principalmente do sexo masculino os quais representavam pouco menos de 74% da população no intervalo dessa faixa etária.

“A elevada participação masculina, na maioria jovem, em relação às mulheres nesse período, pode ser entendida pelo fato de que os homens que imigravam para Brasília naquela época eram predominantemente solteiros.” (CODEPLAN, 2013), já os casados migravam sozinhos e posteriormente traziam suas esposas. Algo que pode explicar o aumento do sexo feminino no período de pouco mais de um ano entre o Censo Experimental de 1959 e o Censo de 1960.

**Tabela 5 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 1960 (em mil)**

Região/U.F.	Entradas	Saídas	Saldo Migratório	Região/U.F.	Entradas	Saídas	Saldo Migratório
<b>Norte</b>	<b>1.286</b>	<b>14</b>	<b>1.272</b>	<b>Nordeste</b>	<b>58.092</b>	<b>11</b>	<b>58.081</b>
Rondônia	12	-	12	Maranhão	2.372	1	2.371
Acre	73	-	73	Piauí	6.207	6	6.201
Amazonas	323	7	316	Ceará	12.549	-	12.549
Roraima	-	-	-	Rio Grande do Norte	3.836	-	3.836
Pará	870	2	868	Paraíba	9.129	-	9.129
Amapá	8	5	3	Pernambuco	7.801	4	7.797
Tocantins	-	-	-	Alagoas	1.454	-	1.454
<b>Sudeste</b>	<b>43.057</b>	<b>49</b>	<b>43.008</b>	Sergipe	1.191	-	1.191
Minas Gerais	24.529	12	24.517	Bahia	13.553	-	13.553
Espírito Santo	1.517	3	1.514	<b>Centro – Oeste</b>	<b>25.955</b>	<b>122</b>	<b>25.833</b>
Rio de Janeiro	10.096	14	10.082	Mato Grosso do Sul	-	-	-
São Paulo	6.915	20	6.895	Mato Grosso	1.216	-	1.216
<b>Sul</b>	<b>2.777</b>	-	<b>2.777</b>	Goiás	24.739	122	24.617
Paraná	986	-	986				
Santa Catarina	790	-	790	<b>Exterior</b>	3.079	-	3.079
Rio Grande do Sul	1.001	-	1.001	<b>Total</b>	<b>134.246</b>	<b>196</b>	<b>134.050</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1960. Dados elaborados pela CODEPLAN.

A inauguração da nova capital, em abril de 1960, intensificou maciçamente o decurso de ocupação do Distrito Federal. Diferentemente da dinâmica anterior de construção, a ordem naquele momento era de migração dos servidores públicos, os

quais eram transferidos para os órgãos federais localizados de maneira definitiva em Brasília.

Houve mudança significativa na questão da origem dos migrantes. Diferentemente do que foi observado nos anos anteriores, o Nordeste tomou a liderança como região com maior participação de chegada, seguida pelo Sudeste e o Centro-Oeste, respectivamente.

Em relação à Unidade da Federação dos migrantes, há destaque para a Goiás e Minas Gerais naquele Censo (1960), ambos com aproximadamente 18% de participação, seguidos pela Bahia e Ceará, com respectivamente 10,1% e 9,3%. A representatividade do Rio de Janeiro aumenta nesse período, algo que pode ser explicado pela transferência da capital para o interior do Brasil, visto que o último era a antiga sede do governo brasileiro.

No quesito educação, o Censo de 1960 trouxe uma mudança significativa; homens e mulheres foram separados segundo o grau de escolaridade. O sexo masculino apareceu com superioridade em todos os níveis escolares concluídos, em todas as faixas etárias. Entre outros fatores, a tabela abaixo mostra expressivo aumento da porcentagem de pessoas com nível médio completo (1º ou 2º ciclo), assim como a população com ensino superior pleno (acima de 7%).

**Tabela 6 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 1960 (em mil)**

Grupos de Idade	Nível de escolaridade									
	Total		Elementar ou Fundamental		Médio				Superior	
					1º Ciclo		2º Ciclo			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Maiores de 10 anos	23.926	12.660	16.897	9.051	3.610	2.231	1.519	1.153	1.900	225
10 – 14 anos	926	904	926	904	-	-	-	-	-	-
15 – 19 anos	2.794	2.165	2.383	1.833	363	308	48	24	-	-
20 anos e mais	20.206	9.591	13.588	6.314	3.247	1.923	1.471	1.129	1.900	225

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1960. Dados elaborados pela CODEPLAN.

**Figura 2 - Vista aérea da construção da Catedral Metropolitana de Brasília**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

### **2.3. Censo de 1970**

Os anos da década de 1970 assinalaram mudanças radicais para Brasília. Essas alterações não se restringiram apenas a demografia, mas também em outros ramos da sociedade, como o perfil da mão de obra e as atividades econômicas desenvolvidas (CODEPLAN, 2013).

O crescimento populacional continuou a ser significativo, o Censo de 1970 contabilizou 537.492 habitantes no Distrito Federal, número que ultrapassou os quinhentos mil imaginados no plano original. Desses residentes, 270.389 pertenciam ao sexo masculino (50,3%) enquanto 267.103 (49,7%) eram do sexo feminino.

Além do equilíbrio na razão entre homens e mulheres em todas as faixas etárias, a tabela também mostra uma relativa manutenção do padrão observado nos outros Censos (1959 e 1960), o predomínio das idades entre 15 e 59 anos. Mesmo com essa conservação, já se observou uma diminuição da porcentagem desse grupo, o passou de 67,4% em 1960 para 55,4% no Censo de 1970.

**Tabela 7 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1970)**

Grupos Etários	Total	Homens		Mulheres	
		Absoluto	%	Absoluto	%
<b>0 – 4</b>	90.266	45.922	50,9	44.344	49,1
<b>5 – 9</b>	79.265	39.938	50,4	39.327	49,6
<b>10 – 14</b>	58.329	28.418	48,7	29.911	51,3
<b>15 – 19</b>	56.128	26.608	47,4	29.520	52,6
<b>20 – 24</b>	57.573	28.508	49,5	29.065	50,5
<b>25 – 29</b>	49.276	24.223	49,2	25.053	50,8
<b>30 – 34</b>	43.834	23.545	53,7	20.289	46,3
<b>35 – 39</b>	31.576	16.534	52,4	15.042	47,6
<b>40 – 44</b>	23.950	12.920	53,9	11.030	46,1
<b>45 – 49</b>	16.004	8.569	53,5	7.435	46,5
<b>50 – 54</b>	11.361	5.769	50,8	5.592	49,2
<b>55 – 59</b>	8.288	4.074	49,2	4.214	50,8
<b>60 – 64</b>	5.295	2.525	47,7	2.770	52,3
<b>65 – 69</b>	3.082	1.464	47,5	1.618	52,5
<b>70 – 74</b>	1.585	713	45,0	872	55,0
<b>75 – 79</b>	844	346	41,0	498	59,0
<b>80+</b>	836	313	37,4	523	62,6
<b>Total</b>	537.492	270.389	50,3	267.103	49,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1970. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Outra transformação relevante demonstrada no Censo em questão é o número de habitantes que se consideravam naturais do Distrito Federal, a porcentagem dessa categoria era de aproximadamente 22,1% da população, numero cinco vezes maior do que o notado na década anterior.

Esse aumento pode ser explicado pela maior participação de crianças naquele Censo, ou seja, de indivíduos que nasceram em solo brasileiro. Porém, soma maioria da população ainda era representada por migrantes (77%), já os estrangeiros figuravam 0,9%.

Em relação à natureza dos migrantes, o Nordeste continuou sendo a região mais participativa, seguido pelo Sudeste e o Centro-Oeste, assim como visto nos anos anteriores. Além disso, a tabela abaixo demonstra que Minas Gerais e Goiás continuavam sendo os estados com maior significância no quesito migração, aquele

participou com 24,4% do contingente e esse com 16,7%. A lista continua com Bahia (8,6%) e Rio de Janeiro (8,4%).

**Tabela 8 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 1970 (em mil)**

<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>	<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>
<b>Norte</b>	<b>5.528</b>	<b>200</b>	<b>5.328</b>	<b>Nordeste</b>	<b>168.714</b>	<b>1.814</b>	<b>166.900</b>
Rondônia	214	28	186	Maranhão	13.007	124	12.883
Acre	507	4	503	Piauí	25.294	283	25.011
Amazonas	1.261	34	1.227	Ceará	30.674	274	30.400
Roraima	112	1	111	Rio Grande do Norte	11.610	144	11.466
Pará	3.267	120	3.147	Paraíba	25.780	174	25.606
Amapá	167	13	154	Pernambuco	20.359	304	20.055
Tocantins	-	-	-	Alagoas	3.139	57	3.082
<b>Sudeste</b>	<b>157.965</b>	<b>5.832</b>	<b>152.133</b>	Sergipe	2.841	52	2.789
Minas Gerais	102.008	1.141	100.867	Bahia	36.010	402	35.608
Espírito Santo	5.509	127	5.382	<b>Centro – Oeste</b>	<b>73.408</b>	<b>4.086</b>	<b>69.322</b>
Rio de Janeiro	35.250	2.430	32.820	Mato Grosso do Sul	-	-	-
São Paulo	15.198	2.134	13.064	Mato Grosso	3.448	387	3.061
<b>Sul</b>	<b>8.553</b>	<b>1.424</b>	<b>7.129</b>	Goiás	69.960	3.699	66.261
Paraná	3.189	995	2.194				
Santa Catarina	1.831	134	1.697	<b>Exterior</b>	<b>4.584</b>	<b>-</b>	<b>4.584</b>
Rio Grande do Sul	3.533	295	3.238	<b>Total</b>	<b>418.752</b>	<b>13.356</b>	<b>405.396</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1970. Dados elaborados pela CODEPLAN.

O Censo de 1970 concluiu que 68,7% da população residente no Distrito Federal tinham idade superior a 10 anos de idade, nessa faixa apenas 47% tinham acabado algum curso do ensino regular. Com predominância na faixa etária de 15 a 19 anos, o ensino fundamental havia sido terminado por 62% da população. A tabela a seguir também propõe o aumento da população com nível médio e superior completos.

**Tabela 9 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 1970 (em mil)**

Grupos de Idade	Nível de escolaridade									
	Total		Elementar ou Fundamental		Médio				Superior	
					1º Ciclo		2º Ciclo			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Maiores de 10 anos	90.814	82.303	54.796	52.994	17.400	13.752	12.176	13.140	6.442	2.417
10 – 14 anos	7.488	8.597	7.447	8.545	41	52	-	-	-	-
15 – 19 anos	16.983	17.940	12.407	13.371	3.880	3.548	696	661	-	-
20 anos e mais	66.343	55.766	34.942	30.718	13.479	10.152	11.480	12.479	6.442	2.417

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1970. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Vale ressaltar, que sucedida “a fase de transferência e consolidação dos órgãos públicos no Distrito Federal, na década de 1960, os anos 1970 podem ser considerados como a década de ampliação das atividades do setor terciário.” (CODEPLAN, 2013). É nesse momento que a construção civil perde força, mesmo continuando a ser foco dos migrantes em busca de melhores oportunidades.

**Figura 3 - Rodoviária e Esplanada dos Ministérios (Brasília - Novembro de 1970)**





## 2.4. Censo de 1980

O Censo realizado em 1980 mostrou que a população do Distrito Federal mais que dobrou em uma década. O estudo citado registrou uma população de 1.176.908 habitantes. Nesse momento, pela primeira vez, há um maior número de pessoas do sexo feminino em relação ao masculino residindo no quadrilátero central. As mulheres representavam naquele instante 51,3% da população total, enquanto homens simbolizavam 48,7%. A partir desse período entramos em uma era onde o padrão é ter maior participação de mulheres em quase todas as faixas etárias.

**Tabela 10 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (1980)**

Grupos Etários	Total	Homens		Mulheres	
		Absoluto	%	Absoluto	%
0 – 4	174.322	88.752	50,9	85.570	49,1
5 – 9	138.053	69.804	50,6	68.249	49,4
10 – 14	132.724	64.714	48,8	68.010	51,2
15 – 19	138.935	64.058	46,1	74.877	53,9
20 – 24	134.341	63.069	46,9	71.272	53,1
25 – 29	115.771	54.823	47,4	60.948	52,6
30 – 34	90.908	43.575	47,9	47.333	52,1
35 – 39	69.378	33.804	48,7	35.574	51,3
40 – 44	58.983	30.650	52,0	28.333	48,0
45 – 49	39.965	20.541	51,4	19.424	48,6
50 – 54	30.648	15.529	50,7	15.119	49,3
55 – 59	20.074	9.927	49,5	10.147	50,5
60 – 64	13.514	6.322	46,8	7.192	53,2
65 – 69	9.553	4.237	44,4	5.316	55,6
70 – 74	5.014	2.114	42,2	2.900	57,8
75 – 79	2.872	1.145	39,9	1.727	60,1
80+	1.853	646	34,9	1.207	65,1
<b>Total</b>	1.176.908	573.710	48,7	603.198	51,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1980. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Nos dados desse Censo podemos observar que “a continuada retração das taxas de fecundidade e mortalidade infantil justificou a redução substancial dos menores de 10 anos que, de 31,5% em 1970, passou para 26,5% em 1980” (CODEPLAN, 2013).

Assim como o menor número de crianças nascidas, os anos 80 começam a mostrar a crescente participação de residentes do sexo feminino idosas, esse aspecto pode ser explicado pela maior expectativa de vida desse gênero.

Conforme o Censo de 1980, o modelo de crescimento dos naturais do Distrito Federal continuava, isto é, assim como na década anterior a proporção de naturais cresceu em relação aos migrantes. Nesse momento 31,7% dos residentes eram originários de Brasília (Distrito Federal), já os migrantes continuavam sendo maioria com participação de 67,5%.

**Tabela 11 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 1980 (em mil)**

<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>	<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>
<b>Norte</b>	<b>12.896</b>	<b>1.971</b>	<b>10.925</b>	<b>Nordeste</b>	<b>363.138</b>	<b>10.116</b>	<b>353.022</b>
Rondônia	504	282	222	Maranhão	46.726	1.144	45.582
Acre	951	19	932	Piauí	62.065	1.536	60.529
Amazonas	2.753	356	2.397	Ceará	71.686	1.502	70.184
Roraima	328	28	300	Rio Grande do Norte	23.677	743	22.934
Pará	7.878	1.229	6.649	Paraíba	48.636	1.204	47.432
Amapá	482	57	425	Pernambuco	33.789	1.407	32.382
Tocantins	-	-	-	Alagoas	5.036	186	4.850
<b>Sudeste</b>	<b>269.337</b>	<b>20.557</b>	<b>248.780</b>	Sergipe	4.237	217	4.020
Minas Gerais	170.801	6.583	164.218	Bahia	67.286	2.177	65.109
Espírito Santo	7.755	845	6.910	<b>Centro – Oeste</b>	<b>128.903</b>	<b>26.561</b>	<b>102.342</b>
Rio de Janeiro	61.933	6.050	55.883	Mato Grosso do Sul	3.154	462	2.692
São Paulo	28.848	7.079	21.769	Mato Grosso	3.703	749	2.954
<b>Sul</b>	<b>20.134</b>	<b>1.607</b>	<b>18.527</b>	Goiás	122.046	25.350	96.696
Paraná	6.007	806	5.201				
Santa Catarina	2.760	291	2.469	<b>Exterior</b>	<b>9.456</b>	<b>-</b>	<b>9.456</b>
Rio Grande do Sul	11.367	510	10.857	<b>Total</b>	<b>803.864</b>	<b>60.812</b>	<b>743.052</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1980. Dados elaborados pela CODEPLAN.

O Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente, se mantiveram como as principais regiões exportadoras de migrantes. Minas Gerais e Goiás, nessa ordem, também se mantiveram como primeira e segunda Unidade Federativa com maior participação na migração para o Distrito Federal.

O Ceará tomou o lugar da Bahia como terceiro polo, naquele estudo. Os mineiros foram responsáveis por 21,2% das entradas, os goianos por 15,18%, os cearenses por 8,9% e os baianos por 8,4% das migrações vindas para o “Planalto Central”.

O Censo da década de 80 contabilizou 590.061 pessoas com mais de dez anos e algum grau completo declarado. O número de indivíduos com ensino superior ainda era pequeno (9%).

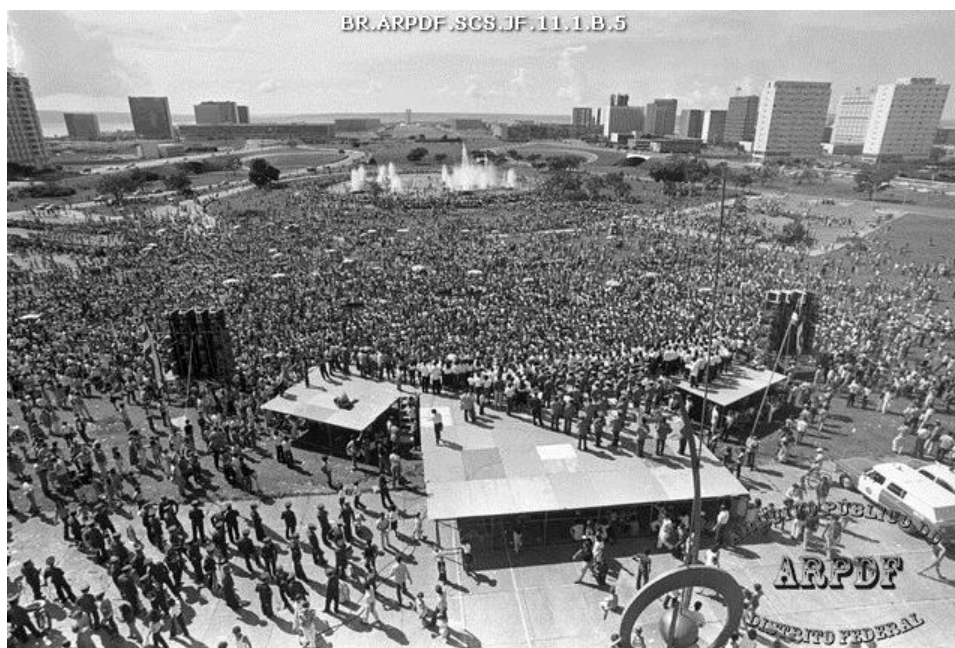
Observa-se também, com o auxílio da tabela abaixo, maior porcentagem de pessoas com o ensino médio concluído, principalmente do sexo feminino. A diminuição “dos homens na participação relativa, do 1º para o 2º ciclo do ensino médio, vem confirmar, de certa forma, que o mercado de trabalho nas décadas iniciais de Brasília absorvia em sua quase totalidade a mão de obra masculina.” (CODEPLAN, 2013).

**Tabela 12 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 1980 (em mil)**

Grupos de Idade	Nível de escolaridade									
	Total		Elementar ou Fundamental		Médio				Superior	
					1º Ciclo		2º Ciclo			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Maiores de 10 anos	287.437	302.624	140.610	153.025	65.034	68.421	51.262	58.466	30.531	22.712
10 – 14 anos	28.675	32.636	28.027	31.746	648	890	-	-	-	-
15 – 19 anos	53.787	62.240	30.185	33.700	19.453	22.904	4.149	5.636	-	-
20 anos e mais	204.975	207.748	82.579	87.579	44.933	44.627	47.113	52.830	30.531	22.712

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1980. Dados elaborados pela CODEPLAN.

**Figura 4 - Filmagem sobre os 20 anos de Brasília (Abril de 1980)**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

## **2.5. Censo de 1991**

O Censo Demográfico de 1991 enumerou uma população de 1.601.094, o que demonstra uma diminuição do ritmo de crescimento populacional. Corroborando a dinâmica observada na década anterior, o número de mulheres continuou a crescer. O gênero passou a representar 52% dos residentes no Distrito Federal, enquanto indivíduos do sexo masculino diminuirão sua participação para 48%.

De acordo com o IBGE (2003):

Até a realização do censo seguinte, passaram-se 11 anos, não houve Censo em 1990. Para essa operação, o IBGE precisava contratar mais de 180 mil pessoas em caráter temporário. Entretanto, a autorização da contratação desse contingente foi sendo protelada, visto que o governo tinha a diretriz de reduzir o quadro de servidores públicos. Quando a contratação foi autorizada, em julho de 1990, não havia mais tempo hábil para se realizar o processo seletivo público para contratação dos recursos humanos destinados ao censo, cuja coleta de dados estava programada para se iniciar no mês de setembro. Por tal motivo, o IBGE decidiu realizar o censo em 1991.

**Tabela 13 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal  
(1991)**

Grupos Etários	Total	Homens		Mulheres	
		Absoluto	%	Absoluto	%
0 – 4	174.832	88.496	50,6	86.336	49,4
5 – 9	183.421	92.955	50,7	90.466	49,3
10 – 14	184.199	91.055	49,4	93.144	50,6
15 – 19	173.738	80.098	46,1	93.640	53,9
20 – 24	179.545	85.046	47,4	94.499	52,6
25 – 29	162.734	76.198	46,8	86.536	53,2
30 – 34	129.216	59.789	46,3	69.427	53,7
35 – 39	110.199	50.953	46,2	59.246	53,8
40 – 44	87.756	41.619	47,4	46.137	52,6
45 – 49	64.592	30.725	47,6	33.867	52,4
50 – 54	51.087	25.734	50,4	25.353	49,6
55 – 59	35.334	17.301	48,6	18.268	51,4
60 – 64	25.334	12.043	47,5	13.291	52,5
65 – 69	16.914	7.748	45,8	9.166	54,2
70 – 74	10.066	4.257	42,3	5.809	57,7
75 – 79	6.660	2.615	39,3	4.045	60,7
80+	5.232	1.918	36,7	3.314	63,3
<b>Total</b>	<b>1.601.094</b>	<b>768.550</b>	<b>48,0</b>	<b>832.544</b>	<b>52,0</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Assim como visualizado na tabela, a pirâmide etária demonstra a gradativa diminuição da taxa de fecundidade, dando nova forma a mesma “em decorrência de um envelhecimento populacional que já se anunciava a razão de dependência de jovens evidenciava a cada década redução mais acelerada no seu ritmo de crescimento.” (CODEPLAN, 2013).

Naturalmente, a população oriunda do próprio Distrito Federal continuou seu processo de expansão. No Recenseamento de 1991 os naturais já configuravam 41,4% dos habitantes, enquanto migrantes e estrangeiros correspondiam a 58,1% e 0,5% da população, respectivamente.

**Tabela 14 – Imigrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 1991 (em mil)**

<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>	<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>
<b>Norte</b>	<b>25.172</b>	<b>5.114</b>	<b>20.058</b>	<b>Nordeste</b>	<b>467.518</b>	<b>19.401</b>	<b>448.117</b>
Rondônia	996	681	315	Maranhão	63.365	2.413	60.952
Acre	1.096	108	988	Piauí	91.970	3.548	88.422
Amazonas	2.851	396	2.455	Ceará	88.836	3.293	85.543
Roraima	484	243	241	Rio Grande do Norte	26.058	1.588	24.470
Pará	11.408	1.606	9.802	Paraíba	60.559	2.120	58.439
Amapá	527	134	393	Pernambuco	38.051	1.887	36.164
Tocantins	7.810	1.946	5.864	Alagoas	4.838	416	4.422
<b>Sudeste</b>	<b>277.409</b>	<b>26.729</b>	<b>250.680</b>	Sergipe	4.038	811	3.227
Minas Gerais	181.401	13.596	167.865	Bahia	89.803	3.325	86.478
Espírito Santo	6.589	1.460	5.129	<b>Centro – Oeste</b>	<b>137.055</b>	<b>69.196</b>	<b>67.859</b>
Rio de Janeiro	58.304	4.803	53.501	Mato Grosso do Sul	3.117	592	2.525
São Paulo	31.115	6.930	24.185	Mato Grosso	4.104	1.789	2.315
<b>Sul</b>	<b>23.995</b>	<b>3.373</b>	<b>20.622</b>	Goiás	129.834	66.815	63.019
Paraná	7.661	1.358	6.303				
Santa Catarina	2.842	846	1.996	<b>Exterior</b>	<b>7.687</b>	<b>-</b>	<b>7.687</b>
Rio Grande do Sul	13.492	1.169	12.323	<b>Total</b>	<b>938.836</b>	<b>123.813</b>	<b>815.023</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Assim como nas décadas anteriores, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, nessa ordem, eram as regiões com maior representatividade de migrantes. Porém, nesse estudo ficou claro um aumento substancial da movimentação de nordestinos em direção a Brasília, reforçado a redução da presença das outras regiões.

Minas Gerais e Goiás se mantiveram no topo da lista de origem dos deslocamentos. Com o crescimento da influencia nordestina, o Piauí tomou o posto de Bahia e Ceará como principal exportador daquela região, todos os três estados produziram níveis mais altos do que 9,5% da migração para o Distrito Federal.

O Censo de 1991 concluiu que 77,6% da população tinha idade igual ou superior a 10 anos, dessa parcela 74,9% haviam declarado ter terminado algum grau de escolaridade. De maneira geral, houve avanço na conclusão dos ensinos médio e superior. “A justificativa para o declínio registrado na participação do ensino fundamental pode ser atribuída, em parte, à significativa redução de crianças nesta faixa de idade, haja vista a continuada queda nas taxas de fecundidade.” (CODEPLAN, 2013).

**Tabela 15 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 1991 (em mil)**

Grupos de Idade	Nível de escolaridade									
	Total		Elementar ou Fundamental		Médio				Superior	
					1º Ciclo		2º Ciclo			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Maiores de 10 anos	437.913	492.926	188.954	210.305	95.052	109.553	102.255	119.389	51.652	53.679
10 – 14 anos	42.502	48.704	41.809	47.641	693	1.063	-	-	-	-
15 – 19 anos	68.172	81.296	39.090	43.852	23.205	29.463	5.868	7.981	9	12
20 anos e mais	327.239	362.914	108.055	118.812	71.154	79.027	96.387	111.408	51.643	53.667

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991. Dados elaborados pela CODEPLAN.

## 2.6. Censo de 2000

No ano de 2000, o Censo voltou a ser realizado em sua data oficial. As estatísticas propostas por esse estudo mostram que o crescimento populacional do Distrito Federal se manteve próximo ao observado dez anos antes, com pequena diminuição. O número de habitantes chegava à casa de 2.051.246, desses 52,2% eram do sexo feminino e 47,8% do sexo masculino, semelhante ao proposto pelo Censo de 1991.

**Tabela 16 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal  
(2000)**

Grupos Etários	Total	Homens		Mulheres	
		Absoluto	%	Absoluto	%
<b>0 – 4</b>	201.527	102.629	50,9	98.896	49,1
<b>5 – 9</b>	190.877	96.131	50,4	94.746	49,6
<b>10 – 14</b>	190.675	95.349	50,0	95.326	50,0
<b>15 – 19</b>	225.337	107.553	47,7	117.784	52,3
<b>20 – 24</b>	233.884	110.797	47,4	123.087	52,6
<b>25 – 29</b>	202.754	96.084	47,4	106.670	52,6
<b>30 – 34</b>	181.064	85.380	47,2	95.684	52,8
<b>35 – 39</b>	157.119	72.940	46,4	84.179	53,6
<b>40 – 44</b>	125.508	57.887	46,1	67.621	53,9
<b>45 – 49</b>	101.899	46.990	46,1	54.909	53,9
<b>50 – 54</b>	77.297	35.933	46,5	41.364	53,5
<b>55 – 59</b>	53.567	24.967	46,6	28.600	53,4
<b>60 – 64</b>	42.112	19.995	47,5	22.117	52,5
<b>65 – 69</b>	26.979	12.188	45,2	14.791	54,8
<b>70 – 74</b>	18.710	8.223	43,9	10.487	56,1
<b>75 – 79</b>	11.115	4.559	41,0	6.556	59,0
<b>80+</b>	10.722	3.751	35,0	6.971	65,0
<b>Total</b>	2.051.146	981.356	47,8	1.069.790	52,2
Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000. Dados elaborados pela CODEPLAN.					

A dinâmica de menor crescimento tem como consequência à propensão de queda dos mais jovens, algo que pode ser observado na tabela. O envelhecimento da população acarreta em um cenário de maior sobrecarga para os jovens. Esse aspecto fica claro com porcentagem de participação dos grupos etários, a faixa de 15 a 59 correspondia a 66,2% da população e os idosos já superavam a marca de 5%.

O Censo Demográfico de 2000 observou tendência histórica para o Distrito Federal, pela primeira vez houve redução na entrada de pessoas para a localidade. Porém, os migrantes ainda eram maioria, abarcando 53% dos residentes. A população natural da Unidade Federativa continuava a crescer, chegando, em 2000, a 46,6% dos habitantes.



**Tabela 17 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 2000 (em mil)**

<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>	<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>
<b>Norte</b>	<b>39.937</b>	<b>12.717</b>	<b>27.220</b>	<b>Nordeste</b>	<b>572.204</b>	<b>42.904</b>	<b>529.300</b>
Rondônia	1.565	1.854	-289	Maranhão	98.754	5.364	93.390
Acre	1.118	115	1.003	Piauí	118.929	7.176	111.723
Amazonas	3.829	1.190	2.639	Ceará	95.040	7.715	87.325
Roraima	846	462	384	Rio Grande do Norte	26.158	3.413	22.745
Pará	14.666	3.537	11.129	Paraíba	63.440	4.573	58.867
Amapá	640	321	319	Pernambuco	39.543	3.306	36.237
Tocantins	17.273	5.238	12.035	Alagoas	5.520	746	4.774
<b>Sudeste</b>	<b>294.411</b>	<b>63.420</b>	<b>230.991</b>	Sergipe	4.061	782	3.279
Minas Gerais	192.792	24.060	168.732	Bahia	120.759	9.830	110.929
Espírito Santo	6.677	3.290	3.387	<b>Centro – Oeste</b>	<b>150.595</b>	<b>133.911</b>	<b>16.684</b>
Rio de Janeiro	56.677	14.283	42.394	Mato Grosso do Sul	3.833	1.160	2.673
São Paulo	38.265	21.788	16.477	Mato Grosso	5.644	3.232	2.412
<b>Sul</b>	<b>30.196</b>	<b>6.571</b>	<b>23.625</b>	Goiás	141.118	129.519	11.599
Paraná	10.517	2.899	7.618				
Santa Catarina	3.665	2.051	1.614	<b>Exterior</b>	<b>6.960</b>	<b>-</b>	<b>6.960</b>
Rio Grande do Sul	16.014	1.621	14.393	<b>Total</b>	<b>1.094.303</b>	<b>259.523</b>	<b>834.780</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Em relação à origem dos migrantes, pouca transformação foi observada. O Nordeste continuava líder no quesito, seguido por Sudeste e Centro-Oeste. Como em grande parte da história, Minas Gerais continuava como o maior pólo, logo atrás vem Goiás e a Bahia em terceiro, diferentemente de 1991.

“A indisponibilidade de dados sobre educação, pelo Censo de 2000, conforme divulgado nos censos anteriores impossibilitou comparar por faixas de idade como evoluiu a participação dessa população, quanto ao grau de curso concluído.” (CODEPLAN, 2013).

Os dados divulgados agruparam apenas pessoas com 25 ou mais anos de idade, ou seja, 49,2% da população. Dessa parcela, cerca de 58% havia concluído algum nível do sistema educacional. Como a tabela abaixo mostra 28,5% concluíram o ensino elementar, valor alto quando comparado aos 26,6% que tinham ensino superior completo.

**Tabela 18 – Nível de escolaridade completo das pessoas com 25 anos ou mais no Distrito Federal – 2000 (em mil)**

Grupo de Idade	Nível de escolaridade			
	Total	Elementar ou Fundamental	Médio	Superior
<b>25 anos ou mais</b>	583.743	166.347	261.950	155.447
<b>%</b>	100,0	28,5	44,9	26,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000. Dados elaborados pela CODEPLAN.

## 2.7. Censo de 2010

**Figura 5 - Vista aérea atual de Brasília**



Fonte: <http://veja.abril.com.br/blog/cidades-sem-fronteiras/tag/curitiba/>

Conforme a Empresa Brasil de Comunicação – EBC (2013), “após cinco décadas, Brasília multiplicou sua população quase vinte vezes. Segundo o censo de

demográfico de 2010, o Distrito Federal atingiu a casa dos 2.570.160 habitantes”. A ascensão do contingente de indivíduos femininos estagnou, os números do Censo de 2010 mostram que 52,2% dos habitantes do Distrito Federal eram do sexo citado, enquanto 47,8% pertenciam ao sexo masculino.

**Tabela 19 – População residente, por sexo e grupos etários - Distrito Federal (2010)**

Grupos Etários	Total	Homens		Mulheres	
		Absoluto	%	Absoluto	%
<b>0 – 4</b>	189.080	95.938	50,7	93.142	49,3
<b>5 – 9</b>	200.704	101.824	50,7	98.880	49,3
<b>10 – 14</b>	218.709	110.597	50,6	108.112	49,4
<b>15 – 19</b>	220.745	108.791	49,3	111.954	50,7
<b>20 – 24</b>	245.793	120.373	49,0	125.420	51,0
<b>25 – 29</b>	268.432	127.512	47,5	140.920	52,5
<b>30 – 34</b>	252.798	118.507	46,9	134.291	53,1
<b>35 – 39</b>	212.719	100.047	47,0	112.672	53,0
<b>40 – 44</b>	187.760	88.786	47,3	98.974	52,7
<b>45 – 49</b>	157.093	72.525	46,2	84.568	53,8
<b>50 – 54</b>	123.137	55.965	45,4	67.172	54,6
<b>55 – 59</b>	95.577	43.033	45,0	52.544	55,0
<b>60 – 64</b>	69.967	30.889	44,1	39.078	55,9
<b>65 – 69</b>	48.075	21.160	44,0	26.916	56,0
<b>70 – 74</b>	35.652	15.759	44,2	19.893	55,8
<b>75 – 79</b>	21.297	8.885	41,7	12.412	58,3
<b>80+</b>	22.622	8.289	36,6	14.333	63,4
<b>Total</b>	2.570.160	1.228.880	47,8	1.341.280	52,2

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN.

Acompanhando o padrão instaurado nos anos anteriores, as mulheres continuavam como maioria em grande parte da faixa etária. De acordo com o estudo citado e a tabela acima, o sexo feminino era maioria absoluta em todas as faixas de idade a partir dos 15 anos.

Outro aspecto que se manteve semelhante ao observado nos anos anteriores se mostra na afinação da base da pirâmide etária do Distrito Federal, o que demonstra as tendências de diminuição da fecundidade e envelhecimento da sociedade brasileira.

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan (2012, p.53) enumera alguns elementos na tentativa de compreender essa nova realidade:

Para entender o comportamento dos atuais padrões de fecundidade (queda e adiamento de gravidez) observa-se as transformações socioeconômicas e mudanças no comportamento reprodutivo dos casais. É bem verdade que outros fatores vêm atuando: novos padrões culturais, influência dos meios de comunicação, apelos às vantagens de uma família menor, postergação do casamento, mais facilidades de estudo por parte das mães, difusão dos métodos anticoncepcionais, presença significativa e maior conscientização da mulher no mercado de trabalho. Tudo isso influencia quanto ao número de filhos e quando tê-los.

Passado meio século desde o primeiro Censo Demográfico com a “nova” capital inserida (1960), enfim, no Censo de 2010, o percentual de naturais ultrapassou o de migrantes em Brasília. A EBC (2013) pondera:

Já existe uma geração de homens e mulheres nascidas no DF com filhos e netos também brasileiros, 1.383.815 de habitantes, 53,8% da população. Entre os 1.177.750 imigrantes brasileiros residentes na capital federal, os nordestinos ainda representam a maioria. A cidade tem também, entre seus habitantes, cerca de 8,5 mil estrangeiros.

Com a intenção de explicar esse momento épico para o povo do Distrito Federal, o Correio Braziliense em sua edição de 13 de Março de 2012 escreve:

A quantidade de pessoas que chegam a Brasília cai de maneira considerável ano após ano. De acordo com dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24% dos migrantes que vivem no DF vieram para cá nos últimos cinco anos. Em 2000, esse percentual era de 68% - quase três vezes maior. Esse fenômeno, aliado ao crescimento natural da população, fez com que a quantidade de brasilienses superasse pela primeira vez na história o total de migrantes.

No decurso de toda a história de Brasília, as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, nessas posições, foram às principais responsáveis pelo envio de migrantes em direção ao Distrito Federal, essa característica se conservou na demografia proposta pelo Censo de 2010. Assim como no caso das regiões, Minas Gerais permaneceu como a principal Unidade Federativa no quesito migração.

No estudo em análise, convém ressaltar a participação dos maranhenses, os quais tem destaque junto à Bahia e Ceará que mantiveram suas posições relevantes. A diferença mais vultosa se dá para o estado de Goiás, o qual mostrou saldo migratório negativo.

**Tabela 20 – Migrantes residentes no Distrito Federal segundo a Unidade Federativa de naturalidade e saldo migratório – 2010 (em mil)**

<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>	<b>Região/U.F.</b>	<b>Entradas</b>	<b>Saídas</b>	<b>Saldo Migratório</b>
<b>Norte</b>	<b>47.885</b>	<b>17.777</b>	<b>30.108</b>	<b>Nordeste</b>	<b>603.386</b>	<b>70.127</b>	<b>533.259</b>
Rondônia	1.972	1.917	55	Maranhão	120.251	11.094	109.157
Acre	1.598	335	1.263	Piauí	130.694	13.553	117.141
Amazonas	4.968	1.262	3.706	Ceará	90.103	10.303	79.800
Roraima	724	574	150	Rio Grande do Norte	24.697	4.926	19.771
Pará	16.936	4.805	12.131	Paraíba	54.908	6.531	48.377
Amapá	1.019	396	623	Pernambuco	39.145	4.942	34.203
Tocantins	20.668	8.488	12.180	Alagoas	7.098	713	6.385
<b>Sudeste</b>	<b>322.052</b>	<b>79.362</b>	<b>242.690</b>	Sergipe	4.826	1.404	3.422
Minas Gerais	199.942	32.830	167.112	Bahia	131.665	16.661	115.004
Espírito Santo	7.330	4.115	3.215	<b>Centro – Oeste</b>	<b>165.711</b>	<b>240.530</b>	<b>-74.819</b>
Rio de Janeiro	64.707	16.385	48.322	Mato Grosso do Sul	5.393	1.606	3.787
São Paulo	50.073	26.032	24.041	Mato Grosso	6.570	4.206	2.364
<b>Sul</b>	<b>38.716</b>	<b>9.536</b>	<b>29.180</b>	Goiás	153.748	234.718	-80.970
Paraná	11.567	4.057	7.510				
Santa Catarina	5.458	3.098	2.360	<b>Exterior</b>	<b>8.595</b>	<b>-</b>	<b>8.595</b>
Rio Grande do Sul	21.691	2.381	19.310	<b>Total</b>	<b>1.186.345</b>	<b>417.332</b>	<b>769.013</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN.

O Censo Demográfico de 2010 voltou a agrupar indivíduos com 10 ou mais anos de idade em seus respectivos sexos no quesito educação. Do total de residentes no Distrito Federal naquele ano, aproximadamente 85% se encontravam na faixa etária citada, desse conjunto 64,5% acabou algum nível do sistema educacional. Os grupos que declararam ter concluído o ensino fundamental ou superior apresentam

porcentagem semelhante da população, 27,2% e 26,1%, respectivamente, já os residentes com ensino médio não atingiram 50%, como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 21 – Nível de escolaridade completo das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e grupo de idade no Distrito Federal – 2010 (em mil)**

Grupos de Idade	Nível de escolaridade							
	Total		Elementar ou Fundamental		Médio		Superior	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
<b>Maiores de 10 anos</b>	646.881	759.011	175.135	191.751	298.568	357.521	173.178	209.739
<b>10 – 14 anos</b>	3.460	4.000	3.367	3.851	93	148	-	-
<b>15 – 19 anos</b>	73.234	83.973	51.106	54.677	21.603	28.452	525	844
<b>20 anos e mais</b>	570.186	671.041	120.662	133.223	276.872	328.921	172.662	208.897

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN.

## **2.8 Principais aspectos das análises das séries históricas do Censo do Distrito Federal**

O crescimento da população observado nos Censos Demográficos (1959 – 2010) passa por dois momentos distintos. O primeiro trata de crescimentos exorbitantes quando analisados segundo a porcentagem e pode ser visto nas primeiras décadas pós-construção de Brasília, ou seja, entre os anos de 1959 e 1980. Em seguida observamos uma queda desse crescimento exagerado nos estudos realizados entre 1991 e 2010.

Todos os Censos realizados no primeiro período descrito demonstram que o número de habitantes do Distrito Federal mais que dobrou entre os estudos. Vale mencionar que entre as décadas de 60 e 70 o aumento beirou os 283%, algo que pode ser explicado pela transferência dos servidores públicos de órgãos federais, ministérios, autarquias, entre outros, para a nova capital brasileira, impulsionado o mercado de trabalho e atraindo cada vez mais migrantes. Assim, impulsionando o crescimento do setor terciário. Ao fim dessa década, a população já passava o número de quinhentos mil habitantes imaginados no planejamento original (CODEPLAN, 2013).

Subsequentemente, os Censos de 1991, 2000 e 2010 propõem maior equilíbrio no quesito aumento populacional informando valores percentuais desse quesito em 36%, 28% e 25% respectivamente. Os estudos deixam claro o novo padrão brasileiro em relação à diminuição progressiva do crescimento da população, realidade visualizada em outras Unidades da Federação.

Os dados oferecidos pelo Censo Demográfico de 2010 concluem que a população do Distrito Federal aumentou em mais de vinte vezes entre o ano de 1960 e 2010, no primeiro habitavam o quadrilátero central 140.164 pessoas subindo para 2.570.160 no ano final.

Ferreira (2010, p. 72) explica, quando trata do grande fluxo de migrantes na fase inicial da construção de Brasília, que “o extraordinário crescimento não é absorvido nos limites do plano (Plano Piloto)”, a qual estava destinada “à função de capital e local de residência da população a ela ligada, bem como às funções para tanto necessárias”.

Nesta “fase inicial” (PAVIANI, 2010, p. 88) ocorre o início do surgimento das cidades satélites no Distrito Federal, simultaneamente a própria construção de Brasília.

Inicialmente os candangos, em suma maioria, estabeleceram-se na “Cidade Livre”, atualmente nomeada como Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. Todavia, vários habitantes, principalmente os recém-chegados à Capital, eram dirigidos a assentamentos mais longínquos do Plano Piloto. Os quais serviram como base para a criação de cidades como Taguatinga, Gama, Guará, Sobradinho e, posteriormente, Ceilândia. O surgimento desses lugares não diminuiu a demanda por habitação, principalmente para a população de baixa renda, demanda essa que continuava a crescer (QUEIROZ, 2006, p. 06).

Paviani (2010, p. 236-237) observa o surgimento das cidades satélites atrelando à própria urbanização do Distrito Federal:

descortina-se o cenário da dinâmica urbana do DF, que multiplicou assentamentos, transformando-os em ‘cidades’ sem status de sede municipal. Com Taguatinga iniciou-se o polinucleamento urbano, que não cessa até os dias atuais. Outros núcleos foram criados na década 1960-70: Gama, Sobradinho, Guará e outros.

Entre 1970 e 1980, “fase de consolidação” (PAVIANI, 2010, p. 89), Brasília “emerge como grande cidade e ultrapassa o primeiro milhão de habitantes” e começa a evidenciar problemas relacionados ao seu crescimento, como “a pressão ocasionada sobre a oferta de bens e serviços, e o que é mais importante, sobre a habitação”. Nesse momento:

A capital viu surgir outra cidade dentro dela: estabelece-se, nitidamente, a diferenciação entre o core (constituído pelas classes média e alta, em sua maior parte) e a periferia (formada por população de baixa renda, que habita as ‘cidades-satélites’, acampamentos e algumas favelas). (PAVIANI, 2010, p. 89).

A cidade que se erguia no final dos anos 50, a partir de um desenho urbano e com data de inauguração, já era esboçada nos moldes da exclusão e da segregação espacial, contando com espaços habitacionais para os atores que serviam como mão-de-obra, os quais levantariam os pilares da cidade moderna, construída para ser sede do governo federal. (FREITAS, 2013, p. 42).

Gouvêa corrobora a ideia de segregação:

O governo segregou física e socialmente as classes populares nas distantes e mal equipadas cidades-satélites, desenvolvendo ao mesmo tempo uma política de controle social dessa população, por meio da distância que separa os núcleos satélites do Plano Piloto (centro de decisões) e pelo traçado destes núcleos. Tal desenho, com ruas retilíneas e longas, com edifícios sem abertura para os espaços públicos, em várias de suas partes formando becos, que funcionam como depósitos de lixo, e espaços públicos exageradamente amplos e áridos, criou um traçado urbano bem diverso do arranjo espacial dos assentamentos erradicados. (GOUVÊA, 2010, p. 94).

Paviani (2010, p. 101) mescla o aspecto segregacionista da dinâmica espacial do Distrito Federal ao “polinucleamento” da mesma Unidade Federativa:

Outra especificidade de Brasília reside no fato de se constituir em uma cidade polinucleada, com largos espaços não ocupados, uma



verdadeira constelação urbana, derivada de uma segregação planejada. Ao contrário das demais metrópoles que se forma agregando bairros, subúrbios, conurbando-se com municípios vizinhos, numa verdadeira soldadura do tecido metropolitano. (PAVIANI, 2010, p. 101).

Paviani (2011, p. 05) reforça sua visão em relação a formação espacial e urbanística de Brasília constatando que “o pensamento voltado ao urbanismo focal, pontual, parcelar e, de certa forma, segregacionista, contido no modelo polinucleado de povoamento”. O autor segue propondo que tanto o Estado quanto a iniciativa privada, durante anos, conservaram o direcionamento de “ocupar terras em territórios esparsos e disseminados em distintos pontos do DF”.

Porém, recentemente já se verifica uma tendência a cornubação na dinâmica da ocupação do espaço urbano. Na atual conjuntura, encontra-se em andamento progresso concreto para emendar núcleos com limites próximos. “Os primeiros a terem ações concretas nesse sentido foram Taguatinga e Ceilândia. Há alguns anos, as quadras de Taguatinga norte estão anexadas às quadras do leste de Ceilândia. Assim, ocorre coalescência em diversos pontos do DF, de forma continuada” (PAVIANI, 2011, p.05).

Além dos fatores citados, outro aspecto importante relativo ao crescimento e da urbanização de Brasília esta na propagação de invasões e ocupações de áreas públicas, na distribuição gratuita de lotes com claros fins eleitorais resultando, recentemente, em diversos setores irregulares e outros em processo de regularização. Paviani (2010, p. 230 – 231) trata disso descrevendo:

Na evolução urbana da metrópole, deve-se considerar também a disseminação ilegal ou irregular de ‘condomínios rurais’ e ‘loteamentos clandestinos’, na tentativa de adicionar núcleos residenciais não contemplados nas políticas habitacionais do Governo do Distrito Federal (GDF), por vezes ao arrepio da lei. (PAVIANI, 2010, p. 230-231).

Outro padrão observado com o passar dos anos e Censos realizados é o aumento gradativo de mulheres no Distrito Federal. O Censo Experimental de 1959 e o Censo de 1960 disponibilizam informações sobre o grande contingente masculino em Brasília naquele período, os quais representavam 65,8% no primeiro projeto e 62,2% no

segundo. Algo que pode ser explicado por conta da construção da nova capital. Essa enorme diferença pode ser explicada pelos homens migrarem solteiros, enquanto os casados se locomoviam sozinhos para depois trazerem o restante da família.

O progressivo aumento de mulheres se manteve notório nos Censos Demográficos posteriores. O estudo de 1980 ditou, pela primeira vez, a superação da população feminina em relação à masculina. Essa realidade se mantém até o último Censo produzido (2010). A diferença entre o número de mulheres e homens cresce após o Censo de 1980 e a porcentagem do primeiro sexo chega a 52,2% em 2000, valor que não se altera em 2010.

É clara a mudança de dinâmica em relação à idade dos moradores de Brasília. Nos primeiros anos há visível maioria de homens jovens, algo que não se mantém no decorrer das décadas. O Censo Experimental de 1959 disserta que 43% dos habitantes contabilizados à época estavam na faixa etária entre 15 e 29 anos, crescendo essa proporção para 52%, se considerada de 15 a 39 anos (CODEPLAN, 2013). Esse padrão não sofre grande variação no Censo de 1960.

Observa-se um envelhecimento constante da população do Distrito Federal, particularmente a partir de 1970 em diante, em grande medida por conta da progressiva diminuição das taxas de fecundidade. Isso fica evidente através do aumento do Índice de Envelhecimento, o qual é calculado através da “relação entre a população com idades de 60 anos e mais e a população menor de 15 anos, multiplicado por cem. Mede o número de pessoas idosas em uma população, para cada grupo de cem pessoas jovens” (CODEPLAN, 2013).

O Índice citado acima passa de 3,9% em 1960 para 11,8% em 1991, chegando à marca de 32,5% no último Censo organizado (2010). O valor atual do Índice de Envelhecimento aponta que a estrutura etária dos habitantes do Distrito Federal vem entrando em um processo de envelhecimento típico de países desenvolvidos. Ainda em relação à fecundidade e envelhecimento da população, convém mencionar:

Com base no Datasus/Sinasc e Censo Demográfico IBGE/2010, a taxa de fecundidade no Distrito Federal (1,74) está entre as menores taxas do país continuando a apresentar trajetória de queda (...) O Brasil registrou taxa de fecundidade (1,71), abaixo da taxa de reposição

(2,1), o que pode indicar que a população começará a decrescer em 30 anos (CODEPLAN, 2012, p.52).

Nordeste e Sudeste representam as principais regiões no que tange a naturalidade dos migrantes recepcionados por Brasília. Por sua vez, o Centro-Oeste toma prioridade quando o tema é o destino dos migrantes que saíram do Distrito Federal em toda a história, seguido pela região Sudeste. Em contrapartida ao observado nas regiões acima citadas, o Norte e Sul gozam de pouca representatividade na composição da população do Distrito Federal.

É útil citar que os Censos revelam as experiências e mudanças sofridas na década anterior, o que esclarece a pouca taxa de evasão de migrantes nos primeiros levantamentos aqui demonstrados.

Conforme a Codeplan (2013, p.79), o Norte em toda a história brasileira foi julgado como região receptora de migrantes, por conta das ocupações econômicas ali desenvolvidas. Como, por exemplo, no movimento migratório do ciclo da borracha, o qual tem seu auge entre o final do século XIX e início do século XX e, em um segundo momento, “a implantação no final da década de 1960 de uma zona franca na cidade de Manaus, intensificando o fluxo migratório periferia-centro do Estado do Amazonas” (ANDRADE, 2012, p.87).

A pouca atratividade aos sulistas pode ser explicada pelo maior desenvolvimento econômico da região Sul, além da maior qualificação de seus residentes. Características que desmotivaram a atração pelo trabalho na construção civil, principal atividade para os migrantes com destino a Brasília em seus primeiros anos (CODEPLAN, 2013, p.80).

De maneira geral, o saldo migratório de todas as regiões brasileiras é positivo e progressivo em relação ao Distrito Federal, salvo por pequenas exceções pontuais. Como, por exemplo, a queda observada no Censo Demográfico de 2000 no índice do Sudeste, o qual retorna a crescer em 2010 e a diminuição dos números visualizados a partir de 1991 na região Centro-Oeste.

O grande êxodo da população do Distrito Federal para o Goiás responde a diminuição e consequente negativação (em 2010) do saldo migratório da Unidade Federativa em questão. Algo que até então nunca havia acontecido.

Alguns aspectos podem de alguma maneira, justificar essa saída de antigos residentes para o estado Goiano. A residência no Distrito Federal tem um custo muito alto, “dada a oferta de habitações incapaz de suprir a demanda, o que já há algumas décadas vem pressionando parcela da população a buscar nos municípios da área metropolitana - AMB melhores condições de moradia a preços mais toleráveis”. (CODEPLAN, 2013, p.83).

Cunha e Baeninger (1999, p.37) tratam da diminuição da migração observada, entre os Censos de 1970 e 1991, para o Distrito Federal sem tirar a importância do poder de atração ou da expansão urbana dessa unidade Federativa. Assim indo de encontro ao proposto no ultimo paragrafo. Os autores escrevem:

No caso do DF, por exemplo, todas as evidências apontam que parte da redução da imigração está ligada não necessariamente à redução do poder atrativo da área, mas sim ao processo de expansão urbana em que ela está inserida. Ou seja, essa redução poderia estar muito mais ligada ao redirecionamento de parte dos fluxos migratórios para os municípios vizinhos ao DF (na verdade, no Estado de Goiás), fruto do processo de espraiamento da região polarizada por ele. Aliás, é o que vem ocorrendo até mesmo com a população lá residente previamente, uma vez que tem se registrado volumes consideráveis de migração desde o DF em direção às cidades vizinhas do Estado de Goiás (CUNHA; BAENINGER, 1999, p.37).

Queiroz (2006, p 06) corrobora as ideias apresentadas e propõem outros aspectos a serem observados: “As razões para a ocupação do solo nas áreas imediatas ao DF são variadas, entre elas, pode-se citar, o alto preço do imóvel em Brasília e suas localidades e a restrição de uso do solo para meios urbanos”.

Contudo, essa movimentação para o Goiás pode ser ilusória e pouco expressiva se a maior parcela dessa população se destinar à área metropolitana. Dessa maneira mantendo os laços com o Distrito Federal, através da busca por empregos, serviços de saúde, educação, entre outros.

O modelo de urbanização que Brasília seguiu não conseguiu medir suas consequências e os seus limites espaciais, permitindo que surgisse uma segregação “sócioespacial” semelhante à visualizada em outros lugares do Brasil. A dispersão dos equipamentos urbanos revela uma faceta de toda a estrutura social criada em Brasília.

Nos dias atuais, a perversidade da segregação está concentrada particularmente na região do Entorno, principalmente nas localidades com menos equipamentos urbanos, obrigando a população a se deslocar até o DF em busca de soluções para as suas necessidades. Um dos reflexos de todo o problema está na violência crescente em toda região. “Esforços, como a cooperação intermunicipal, visando à inserção de toda sociedade em um espaço socialmente justo é imprescindível para a solução de questões que surgiram com o processo de urbanização da cidade” (QUEIROZ, 2006, p. 10).

O autor supracitado conclui seu raciocínio acerca da relação dos habitantes de cidades goianas próximas e os serviços público do Distrito Federal, dizendo:

O uso dos equipamentos urbanos, principalmente os hospitais, é elevado pela população do Entorno de Brasília. Os serviços médicos são mais requisitados do que os serviços educacionais. A resposta para isso se dá pela própria condição socioeconômica da população, que começa a trabalhar ainda na infância para ajudar na renda familiar. O sistema hospitalar, por sua vez, tornou-se caótico devido à inexpressiva ampliação da rede e à pressão verificada pelas populações das regiões administrativas do DF e do Entorno (QUEIROZ, 2006, p. 10).

A motivação do migrante representa outro aspecto que sofreu grande alteração no decorrer dos anos, tendo em vista que o foco de atração é outro nos dias atuais. Enquanto no início prevalecia o setor secundário (principalmente a construção civil), hoje, o terciário com o oferecimento de empregos para concursados no setor público determina em boa parcela, a intensidade do movimento de entrada de migrantes (CODEPLAN, 2013, p. 85).

Em relação à questão educacional, de maneira geral, os dados censitários demonstram melhorias com o passar das décadas. Principalmente em relação à população com ensino superior completo, algo que pode ser explicado pelo maior número de instituições de ensino e maior facilidade de acesso a esse grau escolar.

Porém, ainda é baixa a porcentagem de habitantes, maiores de 10 anos de idade, com algum grau do sistema educacional completo. A proporção de residentes do Distrito Federal, na faixa etária citada, com algum ciclo completo está na casa de 64,5% segundo o Censo Demográfico de 2010.

A demografia proposta pelos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Distrito Federal (1959-2010) sofreu mudanças singulares no decorrer dos anos. Porém, os dados censitários atuais já demonstram certo equilíbrio em alguns aspectos atrelando certa semelhança com outras grandes capitais brasileiras.

O crescimento populacional e espacial polinucleado, como conceituou Paviani (2010-2011), de Brasília e do Distrito Federal levou a criação e expansão de diversas áreas urbanas distintas no interior do quadrilátero central. Cidades ou, de acordo com a nomenclatura oficial, Regiões Administrativas essas que se encontram intimamente interligadas com os fluxos migratórios observados no Distrito Federal, os quais, por sua vez, estão intrinsecamente conectados aos movimentos demográficos aqui analisados.

Assim o capítulo a seguir irá discorrer sobre algumas características da migração de maneira específica nas seis Regiões Administrativas com maiores índices de crescimento da população urbana na Unidade Federativa em questão.

**Figura 6 - Juscelino Kubistchek**



Fonte: <http://www.memorialjk.com.br/>

“Deixemos entregues ao  
esquecimento e ao juízo  
da história os que não  
compreenderam  
e não amaram esta obra.”

Juscelino Kubitschek de Oliveira

### **Capítulo 3: Análise das dinâmicas demográficas e das migrações nas Regiões Administrativas do Distrito Federal**

Como observado no capítulo anterior, o fluxo migratório para o Distrito Federal ainda exerce forte pressão na dinâmica demográfica da região. Naturalmente, esse processo também é observado nas Regiões Administrativas da Unidade Federativa mencionada.

O propósito do capítulo 3 do presente trabalho é analisar de forma objetiva alguns aspectos demográficos das Regiões Administrativas do Distrito Federal, concentrando-se, principalmente, em elementos da migração. O foco da análise se deu em fatores como o crescimento da população urbana, a naturalidade dos habitantes, as principais regiões brasileiras e Unidades Federativas provedoras de migrantes, ano de chegada ao Distrito Federal, circunstâncias motivacionais para a mudança e migração interna no Distrito Federal (entre Regiões Administrativas).

Atualmente, o Distrito Federal conta com trinta e duas Regiões Administrativas. Para não exaurir o leitor foram selecionadas seis circunscrições administrativas para análise. A escolha se deu de acordo com o crescimento da população urbana entre os anos de 2011 e 2013/2014. Assim, as “cidades satélites” com maiores valores de crescimento urbano foram recrutadas para o estudo. São elas: Planaltina (VI), Ceilândia (IX), Guará(X), Samambaia (XII), São Sebastião (XIV) e Águas Claras (XX).

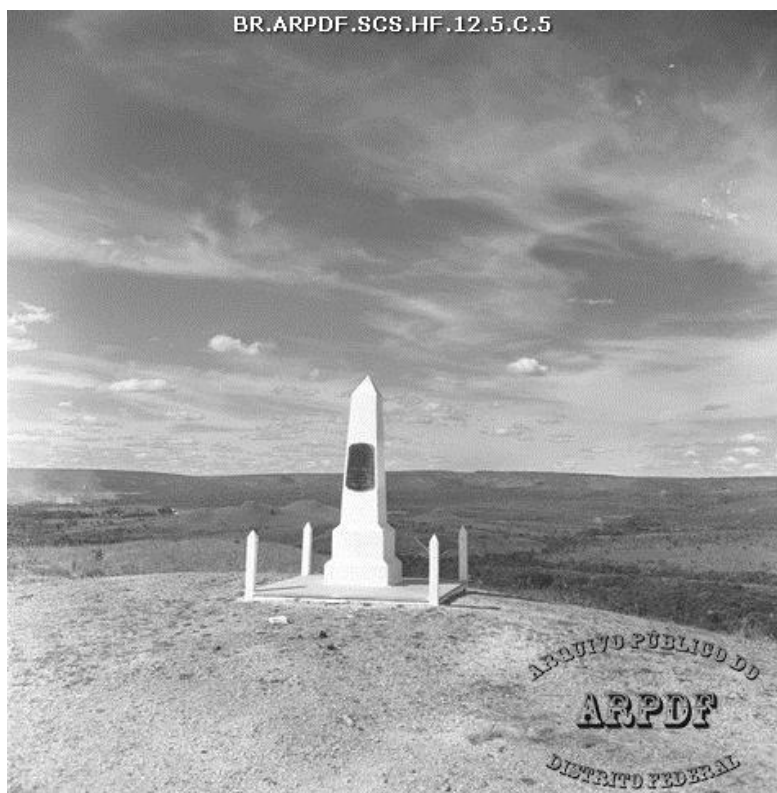
Vale ressaltar que os dados demográficos aproveitados foram retirados, quase totalmente, das Pesquisas Distritais das Regiões Administrativas. Informações essas produzidas pelo Governo do Distrito Federal.

Outros fatores também foram utilizados no estudo, na esperança de melhores resultados e uma análise mais concreta dos aspectos que podem explicar, em certa proporção, os movimentos demográficos e migratórios das Regiões Administrativas citadas. Além disso, anteriormente ao exame individual de cada área urbana há um breve histórico de fundação e consolidação da região em questão.



### 3.1. Região Administrativa VI – Planaltina

**Figura 7 - Marco de Planaltina - Pedra Fundamental (1970)**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

A Região Administrativa de Planaltina é o núcleo urbano mais antigo do Distrito Federal, denominado Núcleo Vernacular, ou seja, existia antes da criação de Brasília. Sua fundação ocorreu em 1859, enquanto a integração ao Distrito Federal é datada em 1960. Porém nem toda a área da antiga cidade está nos limites de Brasília, de forma a separar duas “Planaltinas”, a do quadrilátero central e Planaltina de Goiás.

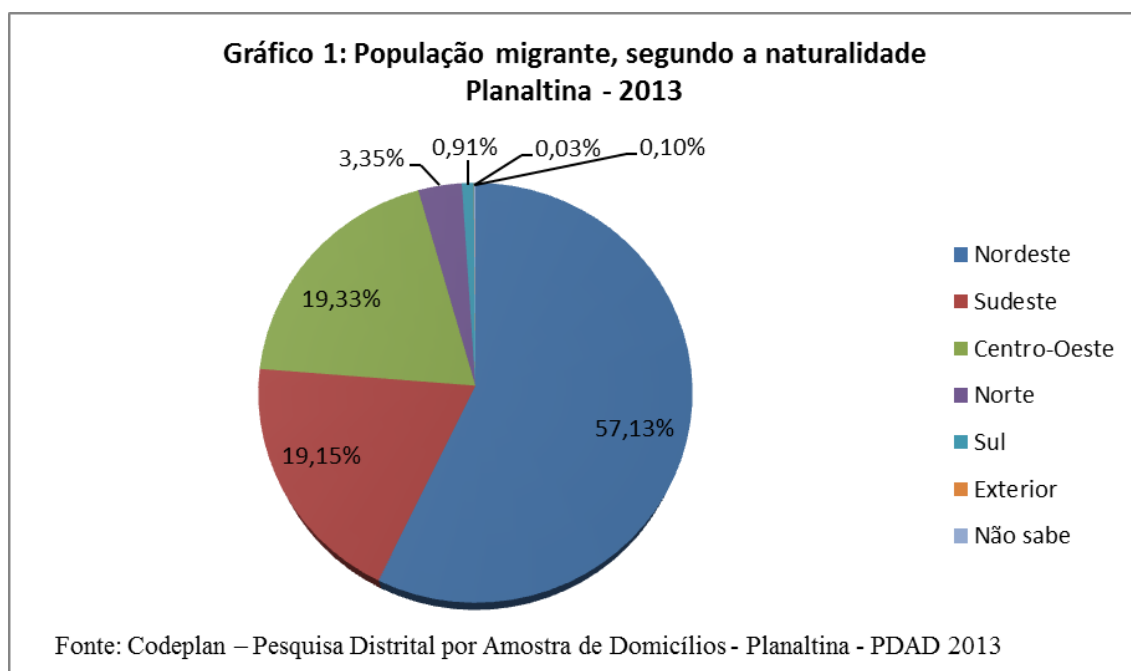
Planaltina foi um dos municípios de Goiás que teve seu território dividido, ficando a sua sede dentro da área do Distrito Federal. Incorporou-se à estrutura administrativa implantada à época. Planaltina perde então a condição de município e passa a funcionar como cidade satélite. A outra parte que ficou fora do quadrilátero passou a chamar-se Planaltina de Goiás, conhecida como Brasilinha (CODEPLAN, 2013, p.16).

A partir do momento de anexação, considerável contingente populacional, oriundo de invasões, foi incorporado à localidade. São exemplos de áreas integradas à Planaltina nesse período: Vila Vicentina, Setor Residencial Leste (Vila Buritis I, II e III), Setor Residencial Norte A (Jardim Roriz).

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2013 realizada em Planaltina apontou que a população urbana da localidade estava estimada em 180.848 habitantes, enquanto que em 2011 era de 161.812 pessoas. Portanto, o estudo aponta que a população aumentou aproximadamente 11,76% entre os anos apresentados, ou a uma taxa média de 5,72% ao ano (CODEPLAN, 2013, p.24).

Segundo o estudo 52,53% dos habitantes da Região Administrativa VI são naturais do próprio Distrito Federal, o que propõe que 47,47% da população são constituídas por migrantes. Como se visualiza no gráfico um, esmagadora parcela dos residentes que migraram são oriundos de estados nordestinos, essa região é responsável por 57,13% dos migrantes. Na sequência se encontram as regiões Centro-Oeste participando com 19,33% e Sudeste com 19,15%.

Por conta da própria história da região e proximidade com a divisa entre Goiás e Distrito Federal, grande parte dos migrantes tem origem no estado citado. A pesquisa distrital calculou que 19,05% do universo de migrantes de Planaltina advêm do Goiás. Além dessa Unidade Federativa, Minas Gerais tem participação significativa, sendo o segundo grande provedor, esse estado participa com 15,95% dos residentes que migraram. Em seguida e com equidade estão os estados da Bahia (15,57%) e Piauí (12,75%). Outros estados do nordeste também oferecem números significativos de migrantes, como: Ceará e Maranhão. O que explica a grande representatividade da região nordeste (CODEPLAN, 2013, p.30).



Em relação ao ano de chegada ao Distrito Federal visualiza-se relativo equilíbrio nos números entre os anos de migração, como pode ser observado na tabela abaixo. Os únicos períodos que sofrem desnivelamento em relação aos demais estão entre os anos de 1991 e 2000, o qual tem porcentagem maior e responde por 27,66% da taxa migratória e a faixa entre 1961 e 1970 tem locomoção menor com apenas 10,31% das migrações.

Na tentativa de explicar a questão motivacional para a mudança em direção ao Distrito Federal e mais precisamente para Planaltina, a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios concluiu que dois aspectos abarcam quase todo o universo de migrantes.

Observa-se que a principal motivação dos habitantes foi para acompanhar seus parentes, 54,76% dos migrantes se locomoveram por esse motivo. O segundo interesse prioritário foi a busca por trabalho, o qual agrega 41,68% dos migrantes. Outros fatores têm números singelos e pouca expressão. Merece destaque, “que o item acompanhar parentes refere-se, principalmente, aos filhos que chegaram à companhia dos pais e a procura de trabalho classifica-se, então, como fator de motivação determinante da migração para o Distrito Federal.” (CODEPLAN, 2013, p.33).

**Tabela 22 – População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - Planaltina  
(2013)**

<b>Anos</b>	<b>Nº de Habitantes</b>	<b>Percentual</b>	<b>% de Migrantes</b>
<b>Total</b>	180.848	100,00%	-
<b>Nascidos no Distrito Federal</b>	94.977	52,53%	-
<b>Total de Migrantes</b>	85.851	47,47%	100,00%
<b>Até 1960</b>	2.812	1,56%	3,28%
<b>1961 – 1970</b>	8.849	4,89%	10,31%
<b>1971 – 1980</b>	16.633	9,20%	19,37%
<b>1981 – 1990</b>	14.869	8,22%	17,32%
<b>1991 – 2000</b>	23.749	13,13%	27,66%
<b>Após 2000</b>	17.043	9,42%	19,85%
<b>Não sabe</b>	1.896	1,05%	2,21%

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Planaltina - PDAD 2013

A migração interna entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal afeta minimamente a Região Administrativa VI, visto que 80,48% da população nunca mudou de Planaltina.

Dos que migraram internamente para a localidade, 42,51% são oriundos de Sobradinho. O alto valor pode ser explicado pela proximidade entre as duas Regiões Administrativas. Ceilândia está em segundo lugar como provedor e é responsável por 11,52% dos residentes que se mudaram no interior do Distrito Federal. Outras duas Regiões Administrativas que merecem destaque, são Gama (8,21%) e Brasília (7,26%) (CODEPLAN, 2013, p.35).

Outros dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2013) oferecem créditos à independência da Região Administrativa VI explicando, em parte, o crescimento populacional, a procura de migrantes por Planaltina, além da pouca busca por outras localidades do Distrito Federal dos moradores locais. Visto que grande parte dos serviços é encontrada na própria região, além da região receber serviços de abastecimento de energia elétrica, água e esgotamento sanitário por rede geral na grande maioria dos domicílios.

O crescimento urbano da cidade se mostra horizontal, quase totalmente, dado que a parcela de apartamentos é mínima. Porém, mais de dois terços dos domicílios de Planaltina estão em áreas de assentamento, invasão ou em terrenos não legalizados, algo que remonta a um dos problemas sociais do local e que pode ser observado em várias outras áreas do Distrito Federal, principalmente com concentração de população de baixa renda.

De maneira geral, a população da localidade está concentrada na classe com baixa renda. Suma maioria dos domicílios tem renda entre um e cinco salários mínimos mensais e apenas aproximadamente um terço trabalha em Planaltina, configurando o processo de migração pendular, ou diária. (CODEPLAN, 2013, p.66).

Os dados mostram que pouco mais de 92% dos habitantes buscam atendimentos relacionados à área da saúde na Unidade de Pronto Atendimento de Planaltina ou em postos de saúde locais, enquanto apenas 1,83% utilizam esses serviços em Brasília (Plano Piloto). O percentual se mantém alto em relação ao local de compras da família. Segundo a pesquisa, quase todo o universo dos habitantes fazem compras em Planaltina, com finalidade de alimentação, vestuário, eletrodomésticos, serviços pessoais e gerais, além da busca pela cultura e lazer (CODEPLAN, 2013, p. 55-57).

### **3.2. Região Administrativa IX – Ceilândia**

O surgimento da Ceilândia acontece em decorrência da Campanha de Erradicação de Favelas proposta pelo Governo do Distrito Federal. O dia 27 de Março de 1971 é a data oficial de fundação de Ceilândia, pois foi quando as remoções para a cidade satélite que nascia se inicializaram. A partir desse momento, aproximadamente, oitenta mil moradores foram transferidos de favelas como a Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Morro do Querosene.

**Figura 8 - Construção de barracos - Ceilândia (Agosto de 1971)**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

Posteriormente, como consequência da criação do Programa Habitacional da Sociedade de Habitação de Interesse Social, assim como pela constante migração para o Distrito Federal, outras áreas foram criadas pelo governo em Ceilândia (CODEPLAN, 2013, p.16).

Atualmente a Região Administrativa IX está fracionada em diversos setores: Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, P Sul, P Norte, Setor O, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção e parte do INCRA (área rural da Região Administrativa), Setor Privê, e condomínios que estão em fase de legalização como o Pôr do Sol e Sol Nascente.

**Figura 9 - Caixa d'água de Ceilândia (Maio de 1976)**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

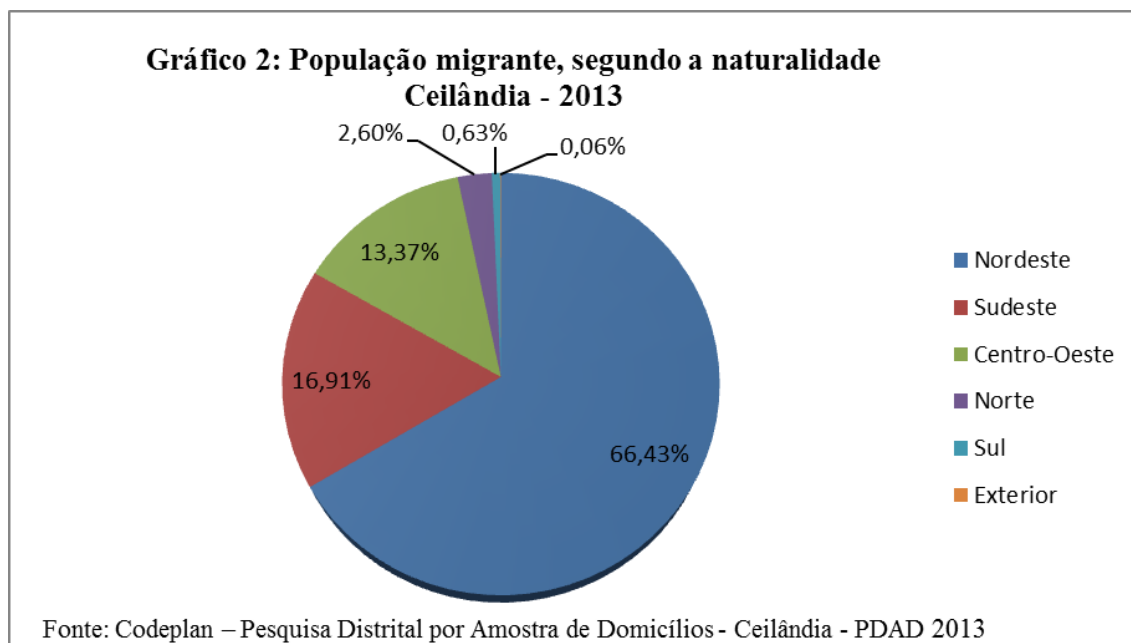
A Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios proposta para a extensão territorial de Ceilândia estima que a população urbana da região cresceu 11,21% entre os anos de 2011 e 2013, passando de 404.287 para 449.592 habitantes. O acúmulo de 45.305 pessoas é significativo e é um dos maiores entre todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, no período (CODEPLAN, 2013, p.26).

Os setores Por do Sol e Sol Nascente pertencente à Região Administrativa de Ceilândia receberam uma Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios própria. Os setores, quando analisados de maneira individual, ou seja, como “uma cidade a parte”, mostram números peculiares. Conforme o estudo a população urbana dessas localidades aumentou 15,84%, percentual maior que o observado em Ceilândia e na grande maioria das outras “cidades-satélites” do Distrito Federal. Os residentes passaram de 61.121 (2011) para 78.912 (2013) (CODEPLAN, 2013, p.26).

Os dados relativos a moradores migrantes, isto é, aqueles naturais de outros estados do Brasil são similares entre a extensão de Ceilândia como um todo e os

visualizados nos setores irregulares (Por do Sol e Sol Nascente). De acordo com as pesquisas distritais, pouco menos da metade dos residentes é formado por migrantes, em Ceilândia o percentual é de 48,27% e em Por do Sol/Sol Nascente 48,57%.

Como se observa no gráfico abaixo, parcelas consideráveis dos migrantes de Ceilândia provem de três polos principais, o primeiro é a região Nordeste (66,43%), em segundo o Sudeste (16,91%) e em terceiro a região Centro-Oeste (13,37%).



O estudo realizado nos setores individualizados calcula números similares para a participação das regiões na presença de migrantes naquelas áreas: Nordeste – 69,28%, Sudeste – 12,67% e Centro-Oeste – 12,89% (CODEPLAN, 2013, p.33).

Em relação aos principais estados de origem dos migrantes, a diferença é expressiva entre Ceilândia como um todo e suas circunscrições particularizadas. Em Ceilândia existe maior participação de Minas Gerais com 14,15% dos que se locomoveram para o Distrito Federal e escolheram a região, além do Piauí (14,05%), Bahia (13,05%), Goiás (13,01%), Maranhão (11,71%) e Paraíba (10,35%) (CODEPLAN, 2013, p.31).

Já em Por do Sol e Sol Nascente a presença de mineiros é menor, enquanto piauienses e maranhenses tem maior representatividade, com o terceiro estado citado ganhando grande destaque. O Maranhão, nessas localidades, proveu 18,67% dos



migrantes e o Piauí 16,33%. Minas Gerais com 10,03% dos que se mudaram para o Distrito Federal fica atrás, ainda, do Goiás (12,66%) e da Bahia (11,77%) (CODEPLAN, 2013, p.32).

Visualizam-se diferenças particulares entre as informações das duas pesquisas distritais (Ceilândia e Por do Sol/Sol Nascente) quando o assunto retrata o ano de chegada ao Distrito Federal, do migrante. Na cidade como um todo há certo equilíbrio em todas as faixas temporais, salvo por pequena superioridade de chegada de habitantes no período entre os anos de 1971 e 1980. Essa característica fica clara com a observância da tabela 23, a seguir.

Ao passo que em Por do Sol e Sol Nascente, possivelmente por serem áreas ocupadas em momentos mais recentes, há maior proeminência de entrada após o ano de 1991. Mais de 67% dos migrantes que residem esses setores chegaram ao Distrito Federal após o último ano citado (1991), de acordo com a estimação da pesquisa distrital (CODEPLAN, 2013, p.33).

**Tabela 23 – População, segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - Ceilândia (2013)**

<b>Anos</b>	<b>Nº de Habitantes</b>	<b>Percentual</b>	<b>% de Migrantes</b>
<b>Total</b>	449.592	100,00%	-
<b>Nascidos no Distrito Federal</b>	232.594	51,73%	-
<b>Total de Migrantes</b>	216.998	48,27%	100,00%
<b>Até 1960</b>	10.070	2,24%	4,64%
<b>1961 – 1970</b>	36.910	8,21%	17,01%
<b>1971 – 1980</b>	56.551	12,59%	26,06%
<b>1981 – 1990</b>	29.200	6,49%	13,46%
<b>1991 - 2000</b>	41.628	9,26%	19,18%
<b>Após 2000</b>	40.475	9,00%	18,65%
<b>Não sabe</b>	2.164	0,48%	1,00%

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2013

Em relação a principal motivação para a mudança de Unidade Federativa, assim como observado em Planaltina, dois fatores fundamentam a locomoção de quase todo o universo de migrantes. A pesquisa distrital estimou que em Ceilândia 55,28% dos “errantes” se mudaram para acompanhar seus familiares e outros 41,18% viram no Distrito Federal uma oportunidade na busca de trabalho (CODEPLAN, 2013, p.34).

A motivação dos migrantes de Por do Sol e Sol Nascente segue a mesma vertente, contudo há pequena diferença na proporção dos motivos. Nesses setores 51,83% dos que se locomoveram tem como causa para a atitude acompanhar parentes, enquanto 44,27% buscou o mercado de trabalho (CODEPLAN, 2013, p.35).

Conforme a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios feita em Ceilândia, a migração interna, ou intima ao Distrito Federal, não tem grande expressão. O estudo apontou que 70,18% dos moradores da Região Administrativa IX sempre residiram a localidade. Taguatinga e Núcleo Bandeirante são os principais centros provedores de migrantes. A primeira, por conta de sua proximidade com Ceilândia, contabiliza a originalidade de 35,05% dos que se mudaram e a segunda responde por outros 19,25%. Outras Regiões Administrativas que merecem destaque são Gama (9,23%) e Samambaia (7,99%) (CODEPLAN, 2013, p.35).

Por do Sol e Sol Nascente convergem com sua “cidade mãe” em relação ao alto número de residentes que nunca mudaram dali. Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios própria dos setores 76,12% dos moradores nunca se mudaram. Taguatinga também mantém seu status, cooperando com 37,25% dos que migraram de Região Administrativa e escolheram um dos setores para se acomodar. Núcleo Bandeirante (4,66%), em contrapartida, tem sua porcentagem diminuída de maneira particular. Porém há acréscimo significativo na participação de Regiões Administrativas como Samambaia (16,94%) e Recanto das Emas (9,73%) em relação à região do Distrito Federal anteriormente habitada (CODEPLAN, 2013, p.37).

Assim como ocorre em Planaltina, o crescimento populacional urbano da Ceilândia pode ser explicado, em certa medida, pela independência que a Região Administrativa oferece, além da proximidade com um grande centro metropolitano (Taguatinga). Seja para os migrantes de outros estados ou do próprio Distrito Federal, no caso de viver anteriormente em outra Região Administrativa, ou ainda para explicar a pouca procura por outras áreas urbanas do quadrilátero central.

Ceilândia, quase totalmente, é uma cidade horizontal. Suma maioria das residências é caracterizada como casas e isso também pode ser observado nos setores Sol Nascente e Por do Sol. Porém os setores citados aglomeram grande quantidade de domicílios em estado irregular, nas áreas citadas quase 80% dos terrenos não são legalizados. Em contrapartida, em Ceilândia como um todo domicílios irregulares angariam pouco menos de 17% (CODEPLAN, 2013).

A resposta para o problema observado no parágrafo anterior pode ser dada por conta da busca por moradia da população de baixa renda, além da migração para a região. Como citado anteriormente, os setores Por do Sol/Sol Nascente receberam quantidade massiva de migrantes nas últimas décadas, e essa população, possivelmente, buscou se assentar naquele local, mesmo que de forma ilegal.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2013) demonstra que a maioria da população de Ceilândia se encontra na classe baixa (baixa renda). Segundo os dados distritais, o maior contingente dos habitantes que trabalham recebe entre dois e cinco salários mínimos, porém a concentração de pessoas com esses ganhos diminui quando analisadas as informações dos setores irregulares. Em Por do Sol e Sol Nascente a parcela de trabalhadores com remuneração entre um e dois salários é bem maior que a observada na Região Administrativa IX em sua totalidade.

Em relação à infraestrutura, Ceilândia, oferece aos seus residentes (quase universalmente) serviços de abastecimento de água e eletricidade pela rede geral, porém o esgotamento sanitário ainda não está no mesmo patamar. Característica que também pode ser observado, de maneira mais expressiva, nos setores tratados separadamente (CODEPLAN, 2013).

Algo que caracteriza a independência da cidade é a busca por serviços. Tanto os moradores de Ceilândia como de Por do Sol/Sol Nascente não buscam ir às compras em outras Regiões Administrativas. Expressiva maioria dos habitantes compram seus alimentos, eletrodomésticos, roupas e calçados, além dos serviços pessoais e gerais na própria localidade. A representação da cultura e lazer na região também tem respaldo, porém parcela significativa de moradores busca essas atividades em Brasília e Taguatinga. (CODEPLAN, 2013).

A procura por centros de saúde segue o modelo independente dos serviços citados no último parágrafo. A grande maioria da população que utiliza dos serviços públicos de saúde o faz na própria Região Administrativa (Ceilândia). Porém, porcentagem significativa se locomove para hospitais ou unidades de pronto atendimento de Taguatinga ou Ceilândia.

Diferentemente do proposto nos últimos parágrafos, o local de trabalho dos habitantes da Região Administrativa IX não é exclusivamente concebido na própria localidade. Apenas pouco mais de um terço dos trabalhadores fazem seus serviços próximos de seus domicílios, ou seja, na própria Ceilândia. Os principais focos de locomoção são Taguatinga, em primeiro lugar, e seguidamente se encontra Brasília/Plano Piloto (CODEPLAN, 2013).

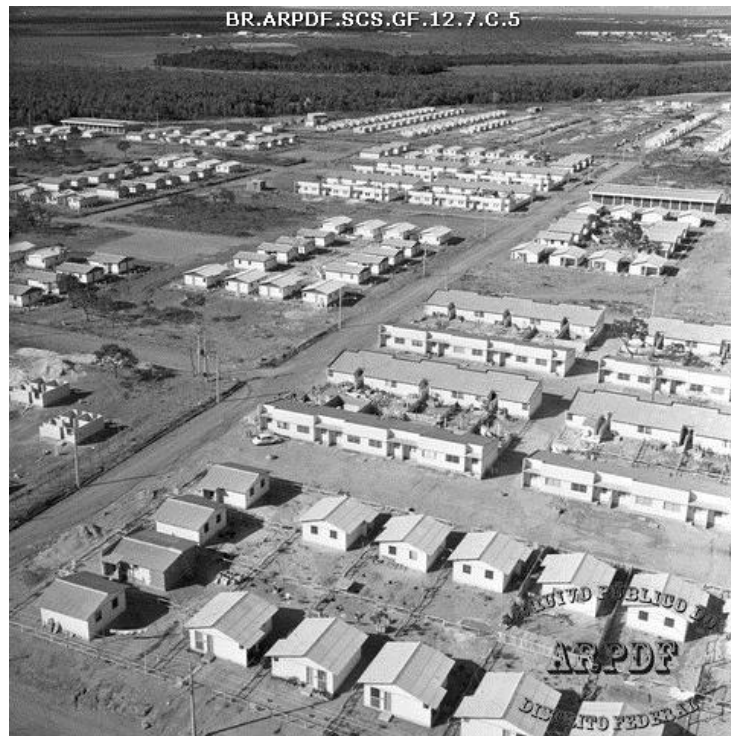
### **3.3. Região Administrativa X – Guará**

De acordo com Brito (2009, p. 135) a formação do Guará se inicia no ano de 1967. Através da construção “de quase nove mil unidades habitacionais, entre casas e apartamentos, prevendo abrigar 35 mil habitantes” na área conhecida como Setor Residencial Indústria e Abastecimento (SRIA), região mais tarde batizada como Guará I.

Enquanto ocorria a construção do Guará I, outro projeto foi desenvolvido para a edificação de mais oito mil casas e três mil apartamentos em área próxima à região citada. As primeiras obras de infraestrutura desse novo parcelamento urbano começaram em 1969 e a localidade recebeu o nome de Guará II (BRITO, 2009, p. 135).

O nome da Região Administrativa deriva do Córrego Guará, o qual corta toda área destinada a cidade. Por sua vez o córrego recebeu seu nome em homenagem ao Lobo-Guará, espécie comum ao Planalto Central brasileiro (CODEPLAN, 2014, p.16).

**Figura 10 - Cidade do SRIA - Guará (Abril de 1969)**



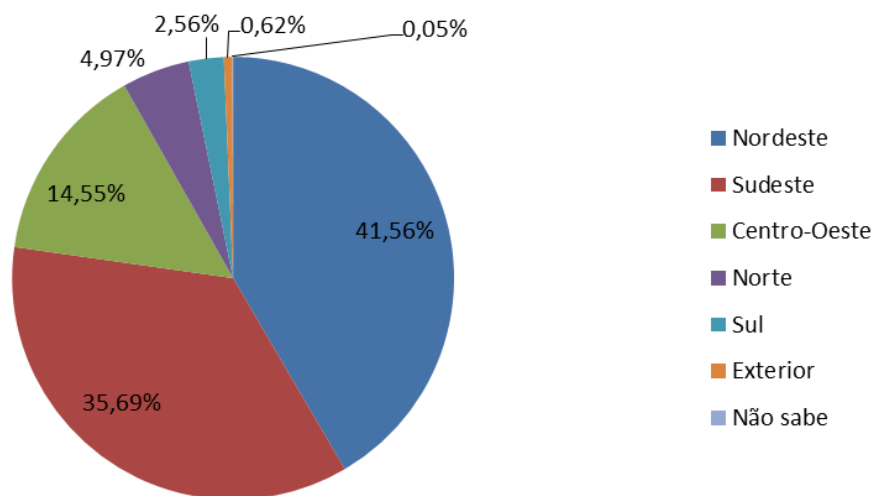
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

Segundo os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Codeplan, a Região Administrativa X era constituída (2014) por uma populao urbana estimada em 125.808 habitantes. Aproximadamente 16,69% maior que a visualizada na mesma pesquisa concebida no ano de 2011, a qual estimou a populao da região em 107.817 habitantes (CODEPLAN, 2014, p.25).

O estudo calcula que mais da metade (53,09%) dos residentes são constituídos por migrantes, ou seja, 66.788 pessoas. A grande maioria desse total provm do Nordeste ou do Sudeste do país, 41,56% e 35,69% respectivamente. Os estados do Norte respondem por 4,97% dos migrantes, enquanto que o Sul tem representatividade de 2,56%. Por fim, a região Centro-Oeste oferece 14,55% dos migrantes que se assentam, hoje, no Guará.

Merece meno a grande participao de Minas Gerais nesse quadro, habitantes mineiros representam 21,65% dos migrantes com residência na Região Administrativa em análise, seguidos pelos advindos do estado do Goiás com 12,95% e do Rio de Janeiro com 9,08% de participao (CODEPLAN, 2014, p.30).

**Gráfico 3: População migrante, segundo a naturalidade  
Guará - 2014**



Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Guará - PDAD 2014

Em relação ao ano de chegada ao Distrito Federal dos migrantes residentes no Guará, percebe-se que a migração mais ativa ocorreu entre os anos de 1961 e 1980. A população que se movimentou nesse período está estimada em 38,91%. Atrai atenção os números apresentados por migrantes “recém-chegados”. 25,95% dos migrantes com residência na Região Administrativa X chegaram ao Distrito federal após o ano de 2000 até a data de realização da Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios de 2014.

**Tabela 24 – População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - Guará  
(2014)**

Anos	Nº de Habitantes	Percentual	% de Migrantes
<b>Total</b>	125.808	100,00%	-
<b>Nascidos no Distrito Federal</b>	59.020	46,91%	-
<b>Total de Migrantes</b>	66.788	53,09%	100,00%
<b>Até 1960</b>	5.937	4,72%	8,89%
<b>1961 – 1970</b>	13.926	11,07%	20,85%
<b>1971 – 1980</b>	12.063	9,59%	18,06%
<b>1981 – 1990</b>	6.916	5,50%	10,36%
<b>1991 - 2000</b>	10.042	7,98%	15,04%
<b>Após 2000</b>	17.336	13,78%	25,95%
<b>Não sabe</b>	568	0,45%	0,85%

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Guará - PDAD 2014

A pesquisa distrital da Região Administrativa X propõe um quadro peculiar no quesito motivação dos migrantes. Acompanhar parentes é o principal fundamento motivacional para a migração dos que buscaram o Distrito Federal e residem o Guará, esse seguimento representa 53,29% dos habitantes que se mudaram.

Porém, procura por trabalho tem porcentagem mais baixa do que a observada em outras Regiões Administrativas. A busca pelo mercado de trabalho aglomera outros 37,02% dos migrantes. Além dos dois fatores citados, a transferência do local de trabalho e a busca por estudo/escola tem menor representatividade, mas merecem menção, pois coletam 3,55% e 3,21% dos migrantes respectivamente (CODEPLAN, 2014, p.33).

Outro aspecto importante a ser analisado é a questão da migração entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal. Pouco mais da metade dos habitantes do Guará (50,63%) já habitaram outra “cidade satélite”.

As principais unidades provedoras da migração interna para a Região Administrativa X são Brasília, Taguatinga e Ceilândia, com 27,01%, 18,34% e 8,43%, em ordem. Cruzeiro e Núcleo Bandeirante são outros exemplos de centros administrativos com digna representatividade nesse quadro, a primeira ofereceu 6,44% dos migrantes, enquanto a segunda proporcionou 6,84%. (CODEPLAN, 2014, p.34).

Diferentemente das Regiões Administrativas anteriores, parte da explicação para o vasto crescimento da população urbana do Guará passa pelo processo de verticalização dos domicílios observados na área. É visualizada na região a concepção de prédios e casas em mistura e densidade relativamente igual. Porém, nem sempre a proporção foi semelhante, como ocorre hoje em dia.

Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2004 o Guará contava 5.612 apartamentos, aproximadamente 18% dos domicílios, enquanto o número de casas era estimado em 24.068, ou algo próximo de 80% (CODEPLAN, 2004, p.128). Em dez anos o número de apartamentos foi mais do que triplicado. Chegando, em 2014, a casa dos 19.326, valor próximo aos domicílios de tipo casa (CODEPLAN, 2014, p. 17).

A grande procura pela mudança para o Guará, tanto de migrantes de outros estados quanto de residentes de outras Regiões Administrativas, pode ser respondida

pela proximidade aos dois principais polos do Distrito Federal (Plano Piloto e Taguatinga), além da infraestrutura da localidade, a qual aglomera quase 100% da área urbana com esgotamento sanitário, energia elétrica e abastecimento de água pela rede geral.

A renda domiciliar da população da Região Administrativa X está distribuída relativamente igualmente, entre as faixas de “dois a cinco”, “cinco a dez” e “dez a vinte” salários mínimos, além de significativa representatividade de remunerações acima dos vinte salários. Algo que aloca a cidade como de renda média.

Como consequência dos dados do parágrafo anterior, aproximadamente metade da população não faz uso dos serviços de saúde públicos, utilizando planos de saúde privado. A maior parte dos que usam o serviço oferecido pelo estado o fazem na própria região (79,68%). O restante, em massiva maioria, busca o Plano Piloto para receberem atendimento (CODEPLAN, 2014, p. 55-56).

Em relação às compras familiares, há diminuição visível quando comparado com os valores percentuais observados nas Regiões Administrativas anteriores (Planaltina e Ceilândia). A maioria dos habitantes buscam alimentos, vestuários, eletrodomésticos, serviços pessoais e gerais, além de cultura e lazer no próprio local, no entanto parcela expressiva dos residentes se locomove para o Plano Piloto e, em menor escala, Taguatinga na busca dessas conveniências. Principalmente no tocante aos últimos aspectos citados, cultura e lazer (CODEPLAN, 2014, p. 54).

Por fim, merece destaque a grande atratividade do Brasília/Plano Piloto em relação aos trabalhadores do Guará. Quase metade dos residentes trabalha na área central do Distrito Federal, ao passo que pouco menos de um terço trabalha na própria Região Administrativa X. O restante se divide entre outras “cidades-satélites” com pouca real representatividade.



### 3.4. Região Administrativa XII – Samambaia

**Figura 11 - Transferência de barracos da Boca da Mata para Samambaia (Abril de 1989)**

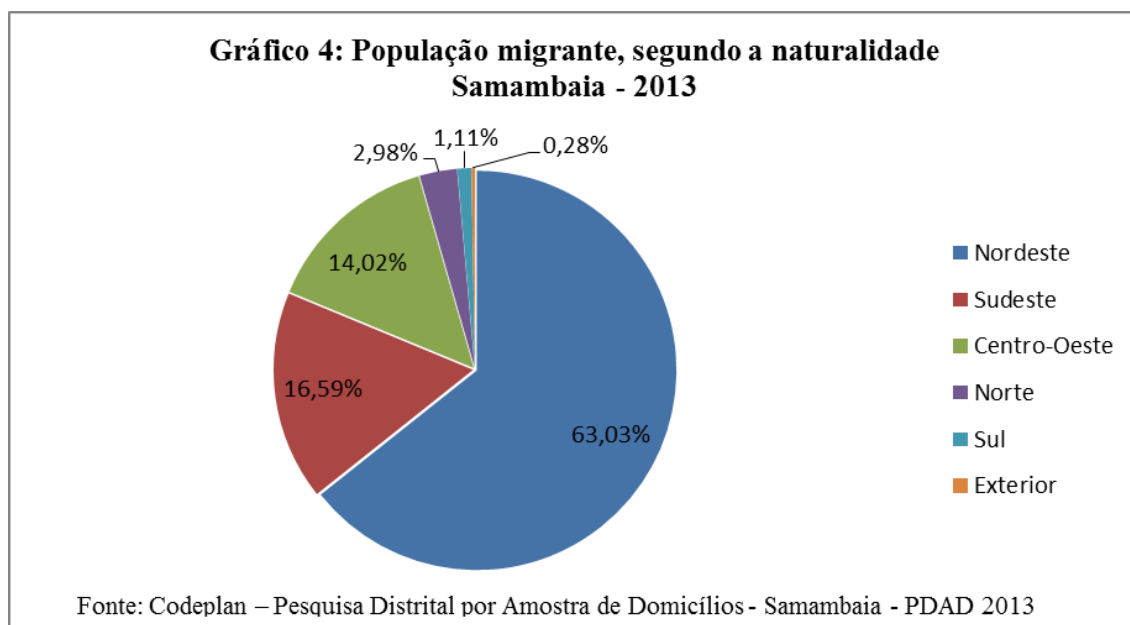


Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

Samambaia começa a surgir como resultado das diretrizes implementadas no Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT. O projeto foi elaborado em 1978 determinando vetores de ampliação das áreas urbanas, por conta do acelerado crescimento da população do Distrito Federal e da consequente necessidade por habitação. Após esse primeiro momento, em 1981, foi elaborado o estudo preliminar (Projeto Samambaia), executado de maneira oficial em 1982 (CODEPLAN, 2013, p.16).

Entre os anos de 1989 e 1992 a região foi ocupada por um expressivo contingente populacional através de “invasões, cortiços e inquilinos de fundo de quintal”, como consequência do massivo movimento migratório observado à época. “O Governo do Distrito Federal, abrigou esta população sob o “Sistema de Concessão de Uso” em lotes com pouca urbanização. Samambaia foi criada em 25 de outubro de 1989 pela nº Lei 49/89, que a definiu como RA XII” (CODEPLAN, 2013, p.16).

De acordo com as informações da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2013 realizada na região, a população urbana de Samambaia cresceu 9,38% entre os anos de 2011 e 2013. A estimativa dos residentes passou de 201.871 habitantes no primeiro ano para 220.806 no ano em que a pesquisa foi publicada. Assim, a população cresceu a taxa média de 4,6% ao ano (CODEPLAN, 2013, p.26).



A pesquisa demonstra que a população segue o momento observado no Distrito Federal e também é composta, em sua maioria, por naturais da própria Unidade Federativa. 52,91% dos 220.806 habitantes nasceram no Distrito Federal. A maior parcela dos migrantes (47,09% dos residentes) é oriunda da região Nordeste, algo em torno de 63,03% do universo dos que mudaram de seus estados de origem e vivem em Samambaia. Em seguida e com números similares se encontram as regiões Sudeste e Centro-Oeste, com participação de 16,59% e 14,02% respectivamente, como fica claro no gráfico abaixo.

Em relação aos estados de origem, cinco Unidades Federativas, com valores similares, tem maior significância. A Região Administrativa XII não foge à regra, tendo grande participação de pessoas advindas de Minas Gerais. A Unidade Federativa citada responde por 14,02% dos migrantes e é o principal local de origem. O Maranhão se posiciona em segundo com 13,88% dos “nômades”. Em terceiro se encontra o Goiás, outro estado que fornece grande quantidade de migrantes para todo o Distrito Federal, participando com 13,74%. Na sequência outros dois estados nordestinos, Piauí (13,67%) e Bahia (13,25%) (CODEPLAN, 2013, p.31).

**Tabela 25 – População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - Samambaia (2013)**

<b>Anos</b>	<b>Nº de Habitantes</b>	<b>Percentual</b>	<b>% de Migrantes</b>
<b>Total</b>	220.806	100,00%	-
<b>Nascidos no Distrito Federal</b>	116.825	52,91%	-
<b>Total de Migrantes</b>	103.981	47,09%	100,00%
<b>Até 1960</b>	3.536	1,60%	3,40%
<b>1961 – 1970</b>	10.391	4,71%	9,99%
<b>1971 – 1980</b>	24.823	11,24%	23,87%
<b>1981 – 1990</b>	24.245	10,98%	23,32%
<b>1991 - 2000</b>	21.575	9,77%	20,75%
<b>Após 2000</b>	17.246	7,81%	16,59%
<b>Não sabe</b>	2.165	0,98%	2,08%

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Samambaia - PDAD 2013

A pesquisa distrital proposta para a Região Administrativa XII demonstra que soma maioria dos migrantes que vivem em Samambaia se movimentou para o Distrito Federal entre 1970 e 2000, aproximadamente 68% dos que se locomoveram migrou nesse período. Merece destaque que os migrantes continuam buscando a área urbana para residir, entre 2000 até 2013 (ano de publicidade do estudo) foi o período em que 16,59% dos migrantes mudaram para o Distrito Federal.

Outro aspecto dos migrantes de Samambaia que segue o padrão observado no Distrito Federal em geral diz respeito à motivação para migrar. Na extensão territorial em questão, parte expressiva da população se mudou para acompanhar seus parentes, a pesquisa estima que 51,34% respondem por esse motivo para ter vindo ao Distrito Federal. Em segundo lugar observa-se a procura por trabalho, assim como visto em outras Regiões Administrativas, essa motivação agrega outros 44,07% da população que buscou a migração (CODEPLAN, 2013, p34).

Divergindo de outros aspectos migratórios, a migração entre Regiões Administrativas é intensa e expressiva em Samambaia. Apenas 40,98% nunca mudaram da Região Administrativa XII, algo que não se assemelha a outras regiões do Distrito Federal.

Quanto ao local de origem dos que se mudaram, Regiões Administrativas próximas têm maior representatividade e participação. Ceilândia e Taguatinga, juntas, totalizam mais de 70% dos migrantes que procuraram a migração interna do Distrito Federal, a primeira com porcentagem de 41,68% e a segunda com 30,84%. Outras áreas merecem citação, apesar de parcela mínima de representação: Brasília (4,60%), Gama (3,71%), Núcleo Bandeirante (2,49%), Guará (2,38%) e Recanto das Emas (2,82%) (CODEPLAN, 2013, p.35).

O crescimento populacional e a atratividade de habitantes de Regiões Administrativas próximas pode ser esclarecida, em certa medida, por projetos governamentais de moradia implementados no Distrito Federal. Como é o caso do programa “Morar Bem”, que se encontra atrelado ao programa federal “Minha Casa, Minha Vida” e busca sanar o déficit habitacional do Distrito Federal oferecendo habitação popular para pessoas que recebem até 12 salários mínimos.

Renda que excede em muito a média recebida por moradores de Samambaia. Segundo a Pesquisa Distrital a maior parte dos domicílios tem renda entre dois e cinco salários mínimos, seguidos pelos domicílios com um a dois salários. Caracterizando a cidade como de classe baixa.

Segundo informações do site do programa “Morar Bem” 1.564 unidades habitacionais foram entregues na Região Administrativa XII, entre casas e, principalmente, apartamentos. O que explica a pequena, mas já expressiva verticalização da “cidade-satélite” ainda horizontal, visto que entre os dados da Pesquisa Distrital de 2004 e a de 2013 o número de apartamentos mais do que triplicou, enquanto sua participação percentual, no total de domicílios, duplicou no mesmo período.

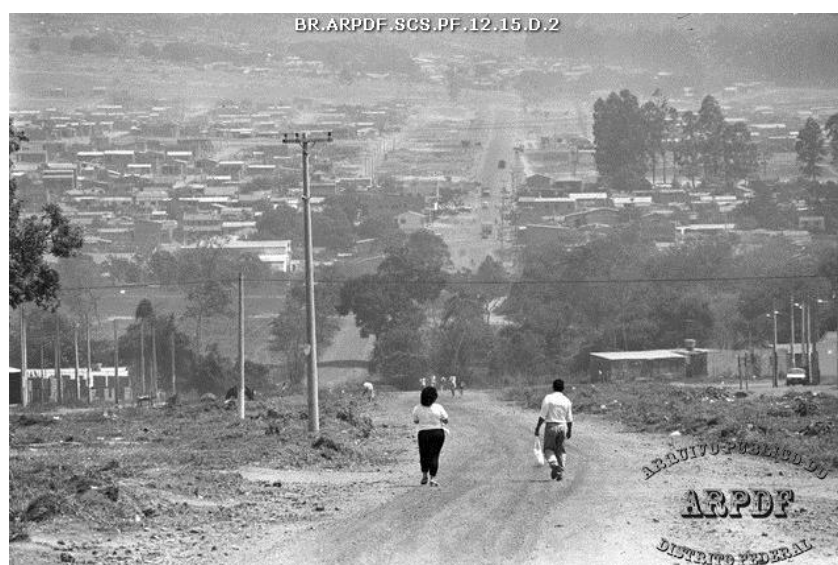
Grupo preponderante de residentes de Samambaia busca comprar produtos alimentícios, para vestuário, eletrodomésticos, além de serviços pessoais e gerais na própria localidade. No entanto a participação de Taguatinga, Região Administrativa polar próxima, é substancial, atraindo grande parte de moradores na busca desses insumos. A procura por cultura e lazer segue a mesma dinâmica, com relativa diminuição da participação de Samambaia e crescimento de Taguatinga e Brasília (Plano Piloto) (CODEPLAN, 2013, p. 55).

A demanda por serviços públicos de saúde se assemelha ao informado no parágrafo anterior. Os residentes de Samambaia utilizam, em grande parte, os postos de saúde e Unidades de Prontos Atendimentos locais, mas outra parcela representativa se locomove para Taguatinga para fazer uso desses serviços (CODEPLAN, 2013, p. 57).

Assim como observado nas outras Regiões Administrativas analisadas, em Samambaia a rede geral de esgotamento sanitário, de abastecimento de água e energia elétrica atinge quase a totalidade de habitantes.

### 3.5. Região Administrativa XIV – São Sebastião

**Figura 12 - Acesso ao bairro São José - São Sebastião (Setembro de 1995)**



Fonte: Arquivo Público de Brasília (ArPDF)

As terras que hoje constituem a Região Administrativa XIV, com o início da construção de Brasília, foram desapropriadas e posteriormente arrendadas pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, com objetivo de atender a demanda da construção civil existente na época.

A população que habitava a área desenvolveu um vilarejo, ao longo do córrego Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio, o qual ficou conhecido como Agrovila São

Sebastião. A priori a região era habitada por comerciantes de areia, cerâmica e olaria. Até 1993, a Agrovila São Sebastião fazia parte da RA VII - Paranoá, e por meio da Lei no 467/93 foi criada a Região Administrativa São Sebastião (CODEPLAN, 2013, p.16).

A intensificação da corrente migratória para o Distrito Federal resultou em várias invasões de áreas públicas cujos moradores, posteriormente, foram removidos para a localidade que hoje abriga a espaço urbano de São Sebastião.

**Figura 13 - Invasão em São Sebastião (Junho de 1994)**

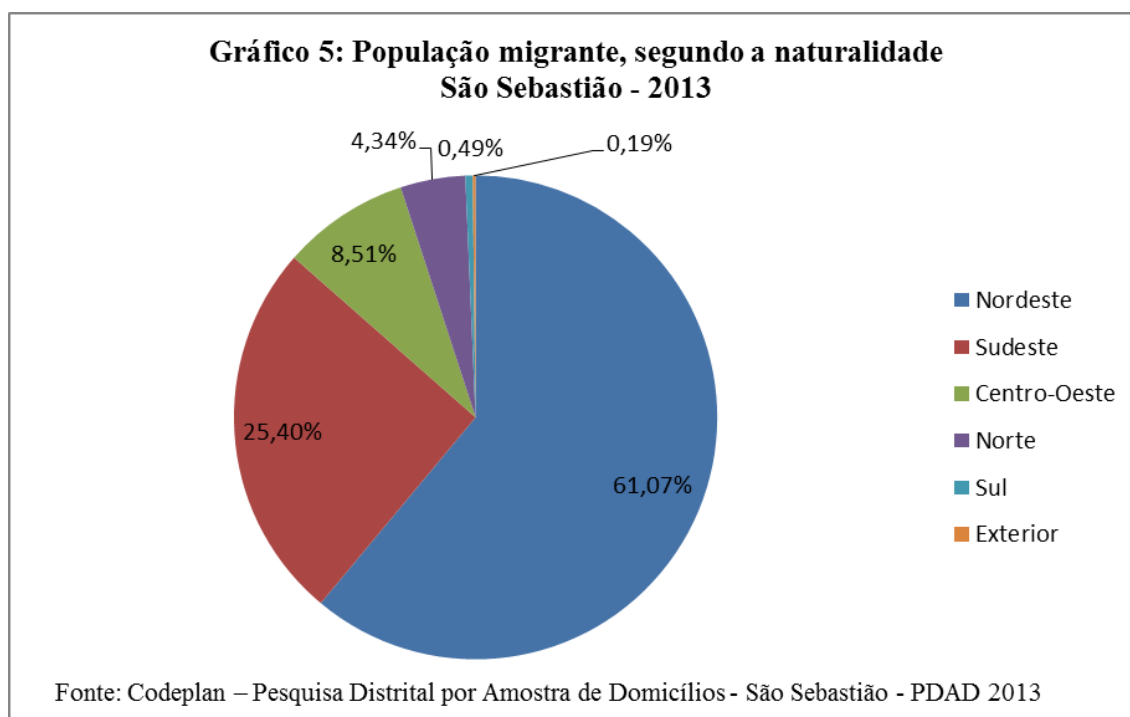


Fonte: Arquivo Público de Brasília (ArPDF)

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2013 mostra que a população urbana de São Sebastião cresceu em torno de 25,95% entre 2011 e 2013. No primeiro ano a Região Administrativa contava com 77.793 habitantes estimados, número que passou para 97.977 no último ano citado. A taxa média de crescimento da população da localidade ultrapassou os 12% no período. Algo que concede à cidade o maior crescimento populacional, entre os anos analisados, em todo o Distrito Federal (CODEPLAN, 2013, p. 26).

O levantamento (PDAD – 2013) estima que 58,02% dos 97.977 habitantes são naturais de outras Unidades Federativas, ou seja, nasceram fora do Distrito Federal. A massiva maioria provém do Nordeste, os nascidos nessa região representam 61,07% dos migrantes que habitam a Região Administrativa XIV. O Sudeste é a segunda região que mais oferece migrante, com 25,40% de participação. Em seguida, com menor presença, está o Centro-Oeste proporcionando 8,51% e o Norte com 4,34%. Merece destaque a baixíssima porcentagem de sulistas (0,49%).

Partindo do estado do migrante, Minas Gerais e Bahia têm números similares e são os maiores provedores. 21,34% e 21,26%, respectivamente, dos migrantes com residência em São Sebastião vieram dos estados citados. Na sequência está o Piauí (14,49%) e o Maranhão, com 11,88% das pessoas que se locomoveram de outra Unidade Federativa e se alocaram na região (CODEPLAN, 2013, p. 31).



A maioria dos migrantes de São Sebastião chegou ao Distrito Federal após o ano de 1991. A pesquisa distrital estimou que 33,52% dessa população se mudaram entre 1991 e 2000, enquanto outros 28,89% vieram após o ano 2000 até a data de divulgação do projeto. Ou seja, mais de 60% dos migrantes que se encontram alojados na Região

Administrativa XIV fizeram sua movimentação a partir de 1991. Além do período referido é digno de destaque os 22,13% que buscaram o Distrito Federal entre os anos de 1981 e 1991.

**Tabela 26 - População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal - São Sebastião (2013)**

<b>Anos</b>	<b>Nº de Habitantes</b>	<b>Percentual</b>	<b>% de Migrantes</b>
<b>Total</b>	97.977	100,00%	-
<b>Nascidos no Distrito Federal</b>	41.135	41,98%	-
<b>Total de Migrantes</b>	56.842	58,02%	100,00%
<b>Até 1960</b>	494	0,5%	0,87%
<b>1961 – 1970</b>	2.087	2,13%	3,67%
<b>1971 – 1980</b>	6.041	6,17%	10,63%
<b>1981 – 1990</b>	12.577	12,84%	22,13%
<b>1991 - 2000</b>	19.057	19,45%	33,52%
<b>Após 2000</b>	16.421	16,76%	28,89%
<b>Não sabe</b>	165	0,17%	0,29%

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – São Sebastião - PDAD 2013

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio aponta que parte maciça da população migrante que reside na Região Administrativa em estudo buscou o Distrito Federal com o intuito de procurar trabalho, o projeto avalia que 48,87% dos migrantes tiveram essa motivação para a locomoção. Em seguida, com representatividade significativa (46,57%) aparece o acompanhamento de parentes. Esses dois fatores extinguem quase totalmente qualquer outro aspecto motivacional para a migração na população advinda de outras Unidades Federativas que habitam São Sebastião (CODEPLAN, 2013, 0.34).

Os dados citados no parágrafo anterior demonstram uma característica especial da Região Administrativa XIV, ela é a única onde a busca por emprego motivou mais migrantes quando comparada ao acompanhamento de parentes, dentre todas as demais Regiões Administrativas aqui analisadas.



Observa-se que a migração interna do Distrito Federal tem pouca expressão em São Sebastião, visto que a estimativa calcula que 70,40% dos moradores nunca residiram outra Região Administrativa.

Da parcela que já se mudou, o principal polo de procedência é a Ceilândia com 21,18% dos migrantes. Em seguida se encontram Brasília (10,80%) e Taguatinga (7,39%). Outras Regiões Administrativas também tem participação significativa, dentro da limitação migratória citada anteriormente, como por exemplo: Gama, Sobradinho, Paranoá, Guará e Samambaia (CODEPLAN, 2013, p.35).

São Sebastião compactua com Samambaia em relação ao programa governamental “Morar Bem”. E grande parcela do aumento populacional da cidade se deve à construção e habitação de imóveis relativos ao projeto.

Fica clara a resposta para o maior crescimento observado no Distrito Federal, entre os anos de 2011 e 2013/2014, ao visualizar as informações do programa citado. Segundo dados do site 8.000 unidades habitacionais já foram construídas, enquanto 7.504 foram entregues. Além dessas unidades, outros dois conjuntos habitacionais irão acentuar ainda mais esse crescimento massivo de São Sebastião. Juntos irão acrescentar 8.080 domicílios para a região.

Merece destaque que as entregas dos domicílios construídos se iniciaram em 2011, no conjunto habitacional denominado “Jardins Mangueiral”.

Segundo a Pesquisa Distrital (2013), a maior parte dos domicílios da extensão espacial de São Sebastião é formada por casas, algo que propõe um crescimento horizontal da cidade. Porém, o estudo também afirma que pouco menos da metade dos domicílios estão em terrenos não legalizados.

A irregularidade de vários terrenos junto à procura pelas construções realizadas pelo programa estatal demonstra certa dicotomia na busca habitacional na região. Possivelmente as áreas irregulares são obtidas por habitantes de menor renda, ao passo que o programa consente compradores mais abonados, ou, em outras palavras, de classe média. Isso fica claro ao ponderar que parte massiva dos domicílios (mais de 70%) tem renda entre um e cinco salários mínimos, enquanto o programa “Morar Bem” tolera compradores que recebem até 12 salários.

Assim como nas outras Regiões Administrativa analisadas, São Sebastião recebe em quase todo seu território serviços públicos de abastecimento de água, energia elétrica e esgotamento sanitário, ou seja, tem bons parâmetros em relação à infraestrutura básica. (CODEPLAN, 2013, p. 65).

De maneira adversa ao proferido no início do último parágrafo, menos da metade dos residentes procuram por serviços de saúde pública na Região Administrativa XIV, grande parte do restante se locomovem na proximidade até a Região Administrativa do Paranoá e outros até a área central, Brasília/Plano Piloto (CODEPLAN, 2013, p. 56).

Já em relação às atividades comerciais, São Sebastião demonstra certa independência. Grande parcela da população busca o comércio alimentício, de vestuário, eletrodomésticos, serviços gerais e pessoas, além de cultura e lazer na própria região. Os que se locomovem para encontrar esses tipos de produtos buscam principalmente Brasília (CODEPLA, 2013, p.53).

### **3.6. Região Administrativa XX – Águas Claras**

Inicialmente, a área que hoje recebe o nome de Águas Claras era parte da Região Administrativa III – Taguatinga. Com a criação da Lei nº 3153/03 a área metropolitana se desmembrou de sua antiga “anfitriã” para transformar-se em Região Administrativa XX – Águas Claras. De acordo com a delimitação proposta pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal, para fins de pesquisas e estudos, a região engloba três setores. São eles: Águas Claras (Vertical), Setor Habitacional Arniqueiras e Areal.

Águas Claras surgiu em 1984. Posteriormente, o arquiteto e urbanista Paulo Zimbres projetou a área vertical. As obras das edificações são inicializadas em 1990, transformando o espaço em um verdadeiro canteiro de obras da iniciativa privada. Arniqueiras em contrapartida era uma área rural, ocupada desde o início da construção de Brasília. Paulatinamente a região foi se transformando em área urbana. Hoje, a área está em processo de regularização. Já o terceiro setor, Areal, foi concebido por invasões, as quais, em 1989, foram regularizadas (CODEPLAN, 2014, p. 18).

**Figura 14 - Futura cidade de Águas Claras (Agosto de 1993)**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios proposta para Águas Claras, a população urbana da região era, em 2011, estimada em 109.935 habitantes passando para 121.839 em 2013. Ou seja, houve um acréscimo de aproximadamente 10,83% de habitantes na localidade.

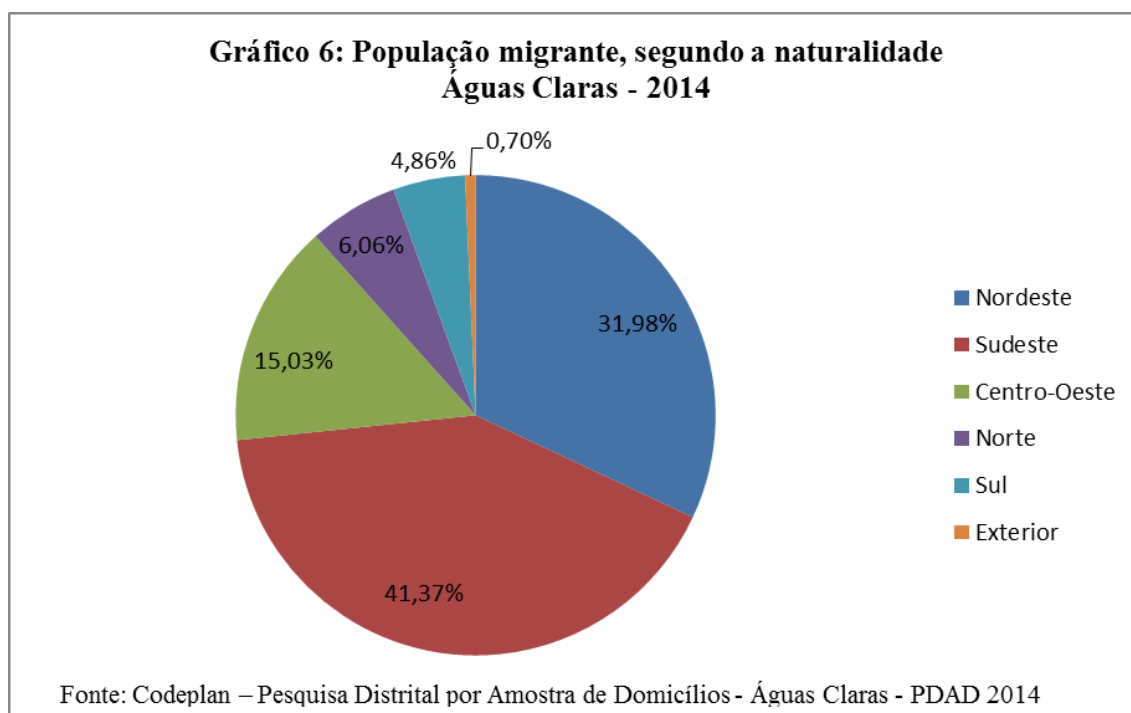
Águas Claras e Arniqueiras aumentaram suas populações percentualmente de maneira similar, ambas em torno de 14%. Porém, numericamente, a principal mudança foi observada no setor Águas Claras Vertical, onde a população urbana estimada aumentou de 64.666 no primeiro ano (2011) para 73.586 no ano final (2014). Enquanto em Arniqueiras subiu de 22.610 para 25.780. Já Areal visualizou pequeno decréscimo, passando de 22.658 para 22.474. Declínio de aproximadamente -0,81% (CODEPLAN, 2014, p.31).

A Região Administrativa XX é formada, em maioria, por migrantes. Dos 121.839 habitantes avaliados no ano de publicação da pesquisa distrital estima-se que 53,18% vieram de outra Unidade Federativa do Brasil.

Diferentemente do observado nas outras “cidades satélites” mencionadas, em Águas Claras a região Sudeste tem superioridade na exportação de pessoas, com

participação de 41,37% dos residentes migrantes que se alojam na área urbana em análise. Seguidamente se encontra a região Nordeste, a qual tem representação de 31,98% desse tipo de habitante. Completam a lista: Centro-Oeste (15,03%), Norte (6,06%) e Sul (4,86%).

Outra curiosidade visualizada nessa região diz respeito à diferença entre os setores da região. A Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios demonstra que essa maioria advinda do sudeste está alocada principalmente no setor Águas Claras Vertical. Enquanto os outros dois setores, Arniqueiras e Areal, condizem com a realidade das outras Regiões Administrativas e têm sua população migrante oriunda em maioria do Nordeste brasileiro (CODEPLAN, 2014, p.44).



A localidade também retrata certa peculiaridade em relação aos principais estados provedores de migrantes. Minas Gerais segue sendo o maior exportador, assim como visto nas outras “cidades satélites” analisadas, porém com percentual menor. Os mineiros representam 22,56% dos migrantes da região.

O estado goiano se encontra em segundo lugar na lista, participando com 13,69%. Divergindo das outras Regiões Administrativas, observa-se em Águas Claras

maior figuração de migrantes originários do Rio de Janeiro e São Paulo, cariocas tem 9,54% de representatividade e paulistas 7,95%. (CODEPLAN, 2014, p.39).

A Região Administrativa XX segue admitindo características únicas quando comparada a outras extensões urbanas do Distrito Federal. Como, por exemplo, no caso do ano de chegada ao quadrilátero central. Nota-se que grande parte dos migrantes se locomoveu após o ano 2000, ou seja, sua residência no Centro-Oeste é relativamente atual. 39,90% dos migrantes que se abrigam em Águas Claras mudaram no período citado. As outras faixas temporais têm bem menor expressão e certa semelhança em suas porcentagens, como pode ser observado na tabela 27 (abaixo).

É digno de nota que o principal motivo da elevada porcentagem apresentada pela chegada após o ano 2000 está nos valores expressivos apresentados pelos setores Águas Claras Vertical e, em menor escala, Areal.

**Tabela 27 – População segundo o ano de chegada ao Distrito Federal – Águas Claras (2014)**

<b>Anos</b>	<b>Nº de Habitantes</b>	<b>Percentual</b>	<b>% de Migrantes</b>
<b>Total</b>	121.839	100,00%	-
<b>Nascidos no Distrito Federal</b>	57.029	46,81%	-
<b>Total de Migrantes</b>	64.811	53,19%	100,00%
<b>Até 1960</b>	2.092	1,72%	3,23%
<b>1961 – 1970</b>	6.535	5,36%	10,08%
<b>1971 – 1980</b>	10.447	8,57%	16,12%
<b>1981 – 1990</b>	8.018	6,58%	12,37%
<b>1991 - 2000</b>	11.397	9,35%	17,59%
<b>Após 2000</b>	25.861	21,23%	39,90%
<b>Não sabe</b>	461	0,38%	0,71%

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Águas Claras - PDAD 2014

A motivação para a mudança para o Distrito Federal dos migrantes segue a lógica observada pelas outras Regiões Administrativas. Dois aspectos agregam

considerável parcela da população que migrou e se alocou em Águas Claras, são eles: Migração para acompanhar parentes e a busca por trabalho. O primeiro motivo reuniu 52,29% dos migrantes, já o segundo anexa outros 38,68% (CODEPLAN, 2014, p.51).

De maneira geral, os três setores demonstraram dados similares. Porém, vale mencionar que as informações acerca do Areal mostram pequena porcentagem superior em relação ao acompanhamento de parentes. O que pode representar famílias maiores nesse setor. Visto que a motivação em questão, em grande parte, representa os migrantes que acompanharam aquele que veio na procura de trabalho (CODEPLAN, 2014, p.51-52).

A migração entre Regiões Administrativas de Águas Claras, ou seja, aquela interna ao Distrito Federal é a mais expressiva dentre as Regiões Administrativas analisadas. Em grande medida por conta do grande crescimento vertical da cidade nos últimos anos. A Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios estimou que 73,82% da população já residiram em outra Região Administrativa antes de Águas Claras.

As principais Regiões Administrativas de proveniência dos que buscaram a localidade são, em ordem, Taguatinga, Brasília e Guará. A primeira agrega 27,80% dos migrantes internos, a área central ofereceu 17,03% e o Guará 12,10% desses habitantes. Merece ainda citação a cidade de Ceilândia, a qual proporcionou 8,99% da população na qualidade em observação (CODEPLAN, 2014, p.53).

A migração interna do Distrito Federal é o aspecto com maior grau de peculiaridade entre os setores distintos utilizados pela pesquisa distrital em Águas Claras.

O primeiro setor, Águas Claras Vertical, responde por suma maioria da participação dos migrantes de Brasília nos números gerais da cidade. Segundo a pesquisa, a população geral advinda de Brasília para Águas Claras foi estimada em 15.318 pessoas, dessas 13.866 estão acomodadas no setor em questão. Isto é, aproximadamente 90% das pessoas que anteriormente moravam na área central e se mudaram para a Região Administrativa XX habitam Águas Claras Vertical. Assim, 24,72% da população que já mudou de Região Administrativa e se encontra no setor procede de Brasília.

Residentes de Águas Claras Vertical oriundos de Taguatinga e Guará têm porcentagens próximas às apontadas nos números gerais da região, a primeira reuniu 26,72% dos migrantes internos do setor e o Guará 10,60%. Já a Ceilândia auxilia em menor escala nessa circunscrição de Águas Claras, quando comparada aos dados gerais (CODEPLAN, 2014, p.55).

Adversamente ao observado no setor anterior, a representatividade de ex-moradores de Brasília em Arniqueiras e Areal é baixíssima. Os dois setores juntos absorveram menos de 10% dos migrantes da Região Administrativa XX oriundos do Plano Piloto. Em contrapartida, as duas circunscrições aglomeram massiva quantidade de habitantes anteriormente abrigados em Ceilândia, região periférica e com índices sociais e econômicos mais baixos.

Além dos diferenciais expostos no ultimo parágrafo, as duas áreas territoriais aglomeram grande parcela dos alocados de maneira pregressa em Taguatinga e Guará, como observado em Águas Claras de modo geral. Por um lado, Arniqueiras recebe grande presença de ex-moradores do Guará, por outro há expressiva representação de Taguatinga em Areal. Além das Regiões Administrativas mencionadas, Samambaia se manifesta mais significativamente nesses segundo e terceiro setores de Águas Claras (CODEPLAN, 2014, p. 55-56).

Como foi exaustivamente dito no decorrer deste subcapítulo, a verticalização da Região Administrativa XX, característica que influenciou inclusive o nome de um dos setores da localidade, é o principal motivo de Águas Claras estar disposta entre as regiões do Distrito Federal com maior crescimento.

Esse aspecto fica claro quando observado o aumento expressivo de apartamentos nos últimos dez anos. A Pesquisa Distrital de 2014 estimou esse tipo de habitação em 27.384 unidades, já o estudo de 2004 calculou cerca de 3.807. Ou seja, em dez anos o numero de apartamentos aumentou em mais de sete vezes.

Do mesmo modo que ocorre em outros aspectos demográficos da região, a renda domiciliar também se mostra desigual nos diferentes setores da localidade. As informações propostas pelo estudo distrital demonstram que a população mais rica se encontra em Águas Claras Vertical, a renda domiciliar média do setor é quase três vezes maior que a observada no Areal e aproximadamente o dobro de Arniqueiras.

Parcela significativa (47,61%) dos domicílios da área vertical tem renda entre dez e vinte salários mínimos, outra parcela expressiva de lares (29,04%) recebe mais de vinte salários. Já Arniqueiras demonstra valores menores, com faixa de rendimento domiciliar prioritária entre dois e cinco salários mínimos (21,19%), cinco e dez (27,68%) e dez a vinte (27,40%). Areal tem os valores mais baixos e demonstra ser um setor de baixa renda, diferentemente dos outros dois (classe média), com renda dos domicílios circunscrita entre um e cinco salários mínimos (CODEPLAN, 2014, p. 84-85).

Em relação à independência da cidade, o que pode ser observado é que a cidade não é totalmente autônoma e isso não muda de acordo com o setor analisado. Atividades de comércio alimentício, vestuário, de eletrodomésticos, serviços pessoais ou gerais e cultura/lazer são buscados pela população, em proporção parecida, na própria localidade e em Taguatinga (CODEPLAN, 2014, p. 94-95).

Por se tratar de um espaço, em geral, destinado a classe média, boa parte dos residentes da Região Administrativa XX tem plano de saúde, como acontece no Guará. Merece destaque que a saúde pública da região mostra dados insatisfatórios, posto que a população de Águas Claras tenha que se locomover para outras Regiões Administrativas centrais para buscar atendimento. Todos os setores buscam Brasília ou Taguatinga, porém a maior parte dos moradores da região vertical procura a área central do Distrito Federal, enquanto que nas outras duas circunscrições Taguatinga tem preferência. (CODEPLAN, 2014, p 103-107).



**Figura 15 - Vista aérea da futura cidade de Águas Claras (Novembro de 1991)**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

**Figura 16 - Vista aérea atual de Águas Claras**



Fonte: <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/maio/juiz-proibe-df-de-liberar-novos-projetos-e-licenciamentos-imobiliarios-em-aguas-claras>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação dos estudos relacionados à População por parte da ciência se faz de forma multidisciplinar. Essa característica, de maneira geral, agrega valor e conteúdo aos trabalhos produzidos com a temática. Assim, a Geografia também acrescenta seus conhecimentos nesse ramo do saber.

Até mesmo dentro da ciência geográfica há vastidão nos estudos relacionados ao assunto. Desse modo, não podemos desvincular totalmente a área física da Geografia dos assuntos relativos à População, mesmo que a parte humana seja a principal provedora de informações, pois o meio interfere e é interferido pelos seres humanos.

Por conta desses aspectos a População não pode ser explicada apenas por um ramo do saber. A Demografia, por exemplo, tem grande relevância no tema, porém suas propostas acabam sendo meramente descritivas e estatísticas. Nesse contexto entra a importância do geógrafo, ao qual cabe problematizar esses dados com conhecimentos sociais, políticos, econômicos, entre outros.

Dessa forma, a Geografia da População deve relacionar como as características geográficas dos lugares são formadas por um conjunto de fenômenos populacionais através do espaço e do tempo na medida em que seguem se correlacionando com outros fenômenos não demográficos.

A migração é fator importante dos estudos sobre População, de maneira geral, e também é observada por vários ramos da ciência. A Geografia também se apossa do tema e oferece grande contribuição, especialmente na discussão sobre as dimensões espaciais da migração, as quais envolvem tanto os processos territoriais de expulsão de populações (origem dos fluxos), quanto à absorção de fluxos e as transformações espaciais no local de destino. Os fluxos migratórios fazem parte da cultura e história humana, o Brasil e sua atual capital, Brasília, não fogem a regra. Ambos foram formados por processos migratórios ímpares.

Como dito, os dados demográficos tem grande importância nos estudos relativos às questões da População. As informações propostas por locais especializados, como, principalmente, órgãos governamentais tem grande importância e podem ajudar a

entender os fenômenos ou processos que ocorrem/ocorreram durante a construção e consolidação de Brasília e do Distrito Federal, por exemplo.

Os dados propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que a “nova” capital do Brasil já produz números parecidos com outras metrópoles do país e cada vez mais se consolida como grande centro urbano. O crescimento populacional exorbitante visualizado nas primeiras décadas, especialmente por conta do grande número de migrantes, já está desacelerado, mostrando certo equilíbrio.

Porém, esse aumento demasiado, inclusive maior do que o esperado pelos planejadores, não foi absorvido pelo Plano Piloto, o qual não suportava integralmente a necessidade habitacional da população. O que resultou no surgimento de diversas cidades esparsas pelo Distrito Federal. A consequência disso se mostra no “polinucleamento” da Unidade da Federação citada, além da segregação espaço-social dos habitantes.

O crescimento populacional, mesmo diminuindo, continuou pressionando a oferta de bens, serviços e habitação. Todavia, os núcleos que antes se encontravam esparsos, hoje começam a se aproximar, demonstrando certo processo de cornubação entre as “cidades-satélites”. Algo semelhante ao observado em outras grandes cidades brasileiras.

O Distrito Federal, no decorrer das décadas observou a maior participação de residentes femininos, sexo que no início da cidade tinha participação mínima. A explicação se dá por conta da migração em grande parte para a construção civil. Outro aspecto que merece destaque se dá no envelhecimento da população, algo que se assemelha ao observado em todo o Brasil.

Brasília continua sendo atraente aos migrantes, aspecto que mantém o alto crescimento populacional. O Nordeste se manteve durante toda a história do Distrito Federal como principal provedor de migrantes, seguido pelo Sudeste, já Norte e Sul mantiveram números baixos nesse fator.

Entretanto, nos últimos anos se observa certo êxodo para áreas goianas próximas ao Distrito Federal ou Entorno. O alto custo para se viver na capital responde, em certa medida, esse fenômeno. No entanto, essa migração pode ser “ilusória”, visto

que grande parte dessa população busca o Distrito Federal para conseguir bens e serviços, além de trabalhar no quadrilátero central.

Segundo os dados dos censos, a educação melhorou como um todo, com o passar do tempo. Mas a porcentagem de habitantes com mais de dez anos de idade com ensino médio completo ainda é baixa.

Quatro Regiões Administrativas são de classe/renda baixa (Planaltina, Ceilândia, Samambaia e São Sebastião) e duas de classe/renda média (Guará e Águas Claras) entre as seis com maior crescimento da população urbana.

Os dados apresentados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal propõem que a migração ainda é grande nas regiões com maior aumento de moradores, mesmo que parte significativa dos migrantes tenha migrado em décadas mais distantes, em algumas dessas localidades. O que se observa, de acordo com a naturalidade da população, é que regiões com poder aquisitivo menor tem maior participação de migrantes oriundos da região Nordeste, enquanto as duas localidades de classe média recebem numero expressivo de cidadão advindos do Sudeste.

Há relativa semelhança e agrupamento de acordo com a renda em relação à migração no interior do Distrito Federal, ou entre as Regiões Administrativas. A migração interna tem menor representatividade em localidades mais pobres, já cidades com renda média recebem maior número de residentes que já habitaram outras Regiões Administrativas. O que pode ocorrer é que área com menor poder aquisitivo são prioritariamente escolhidas e habitantes com melhora de vida migram para outras cidades.

Outro aspecto que se mostra diverso e generalizado entre as Regiões Administrativas de acordo com o tipo de renda nas localidades analisadas se dá no perfil de urbanização encontrada nessas cidades. Enquanto que em Planaltina, Ceilândia, São Sebastião e Samambaia o crescimento se mostra, principalmente, massivamente horizontal, ou seja, pela construção de casas, no Guará e Águas Claras se visualiza expressiva verticalização, através da construção de prédios com vários pavimentos.

O programa “Morar bem”, aplicado pelo Governo do distrito Federal, também responde pelo crescimento de Samambaia e São Sebastião, principalmente na segunda “cidade-satélite” onde milhares de unidades foram entregues e outras serão ocupadas.

O grande crescimento horizontal das cidades pode ser dimensionado pelo espraiamento da mancha urbana do Distrito Federal, assim como o processo de cornubação em decurso, como dito por Paviani (2011).

Todas as seis Regiões Administrativas com maior crescimento urbano recebem serviços estatais de saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica. Dessa maneira são locais com bons parâmetros de infraestrutura.

Além da infraestrutura, cidades com menor renda, em maioria, tem grande independência em relação à busca por bens, serviços e saúde na própria extensão territorial da cidade. O que mostra a consolidação desses locais e justifica a busca por essas cidades.

Já Guará, Águas Claras e Samambaia, a última em alguns pontos, que tem menor independência podem ser procuradas por estarem relativamente próximas dos dois maiores núcleos do Distrito Federal (Plano Piloto e Taguatinga).

A independência das cidades corrobora as ideias de Paviani (2010) a respeito, principalmente, do “polinucleamento” do quadrilátero central.

Há de se salientar como Águas Claras é uma região emblemática, visto que em seu interior se visualiza situações de Regiões Administrativas de classe média e baixa, separados pelos três setores da cidade. Enquanto as informações de Águas Claras Vertical propõem números semelhantes ao Guará (renda média), os dados do Areal estão mais próximos de Planaltina, Ceilândia, São Sebastião e Samambaia (renda baixa). Já o setor Arniqueiras tem números medianos.

As informações obtidas demonstram quais Regiões Administrativas são mais procuradas e conseqüentemente tem maior crescimento urbano, além de trazer possíveis explicações para tal fato. Cabe aos governantes utilizar desses dados e estudos para propiciar melhor qualidade de vida a esses moradores.

Pode ser exemplificado o caso de Águas Claras e Guará, locais com processo de verticalização agressivo e que precisarão de um melhor planejamento acerca da mobilidade urbana. No caso de Planaltina, Ceilândia, Samambaia e São Sebastião, com horizontalidade, há a necessidade de regulamentação de áreas irregulares, assim como planejar como vai se prolongar esse contínuo processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. O. **Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais**. Manaus: 2012.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia da População**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

BECKER, Olga Maria Schild. **Mobilidade Espacial da População: conceitos, tipologia, contextos**. In Explorações Geográficas: Percursos no fim do Século. Org. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1997.

BELTRÃO, P. C. **Demografia ciência da população: análise e teoria**. Porto Alegre: Sulina, 1972.

BRITO, J. D. **Do Plano Piloto à metrópole: a mancha urbana de Brasília**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. 2009 (Tese de Doutorado).

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

CARVALHO, J. A M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R.N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia** / José Alberto Magno de Carvalho, Diana Oya Sawyer, Roberto do Nascimento Rodrigues. - 2. ed. rev. - São Paulo: ABEP, 1994.

CASTIGLIONI, Aurélia H. **Migração: Abordagens Teóricas**. In: ARAGÓN, Luís E. (org.). Migração Internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39-55.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal: 1959 - 2010**. Brasília: 2014.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Águas Claras – PDAD/2014**. Brasília: CODEPLAN, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia - PDAD 2013**. Brasília: CODEPLAN, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Guará – PDAD/2014**. Brasília: CODEPLAN, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Planaltina - PDAD 2013.** Brasília: CODEPLAN, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Samambaia - PDAD 2013.** Brasília: CODEPLAN, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – São Sebastião - PDAD 2013.** Brasília: CODEPLAN, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Setores habitacionais Pôr do Sol e Sol Nascente - PDAD 2013.** Brasília: CODEPLAN, 2013.

CUNHA, J. M. P. **Retratos da mobilidade espacial no Brasil:** os censos demográficos como fonte de dados. Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 29-50, jul./dez. 2012

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. **A migração nos estados brasileiros no período recente:** principais tendências e mudanças. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao\\_ambiente/01pronex\\_02\\_migracao\\_nos\\_estados\\_brasileiros.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_ambiente/01pronex_02_migracao_nos_estados_brasileiros.pdf). Acesso: 8 de Outubro de 2014.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia.** São Paulo: Contexto, 2009.

FAZITO, D. **Análise de redes sociais e migração:** dois aspectos fundamentais do "retorno". Revista brasileira de Ciências Sociais vol.25 n.72. São Paulo: Fevereiro de 2010.

FERREIRA, I. C. B. **O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília.** In: PAVIANI, A. (Org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. Brasília: UnB, 2010.

FREITAS, T. M. **A expansão urbana no Distrito Federal e a dinâmica do mercado imobiliário:** o caso do Gama, 135 p., 297 mm, (UnB-GEA, Mestre, Gestão Ambiental e Territorial, 2013).

GEORGE, Pierre. **Geografia da População.** São Paulo: Difel, 1973.

GOUVÊA, L. A. **A capital do controle e da segregação social.** In: PAVIANI, A. (org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: UnB, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JANSEN, Clifford J. (1969), “**Some sociological aspects of migration**”, in J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73.

LEE, E. S. **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, H. A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 89-114. (Estudos econômicos e sociais, 4).

MARANDOLA JR., E. **Migração e Geografia**. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 245-247, jan./jun. 2011.

MORMUL, N. M. **Geografia Humana e Geografia da População**: pontos de tensionamento e aprofundamento da ciência geográfica. *Caderno de Geografia*, v.23, n.40, 2013.

MORMUL, N. M.; ROCHA, M. M. **Reflexões sobre população à luz do pensamento geográfico**. *Revista Percurso – NEMO*. Maringá, v. 4, n. 1, p. 135- 150, 2012.

PAVIANI, A. **A metrópole terciária**. In: PAVIANI, A. (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: o espaço urbano em questão*. Brasília: UnB, 2010.

\_\_\_\_\_. Brasília, **A metrópole em crise**: ensaios sobre urbanização. Brasília: UnB, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Brasília 50 anos**: da capital à metrópole. Brasília: UnB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio urbano de Brasília**: urbanização com desigualdade socioespacial. 9º seminário docomomo Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília: junho de 2011.

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações**: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. Lisboa: 2004.



QUEIROZ, E. P. **A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o** consequente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambú – Minas Gerais. 2006.

RIQUE, Lenyra Rique da Silva. **Do senso comum à geografia científica.** São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido.** 2. ed. São Paulo: edusp, 2004. 440p.

SILVA. A. Z. M. **Diplomacia e Integração dos Emigrantes Cabo-Verdianos.** Porto Alegre: 2009.

SINGER, P. **Migrações internas:** considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 211-244. (Estudos econômicos e sociais, 4).

VALE, Ana Lia Farias. **O “Ceará” em Roraima.** Migração de Cearenses: 1980 – 1999. Jaboticabal: Funesp, 2005.

ZELINSKY, W. **Introdução à Geografia da População.** Rio de Janeiro, Zahar, 1969.